

jornal

JULHO 2026

Federação Nacional da Educação



ÍNDICE



3 - 4

EDITORIAL

58 - 59

TEM A PALAVRA

5 - 47

AÇÃO SINDICAL

60 - 64

PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

48 - 50

ENSINO PRIVADO E SOCIAL

65 - 75

INTERNACIONAL

51 - 52

ENSINO SUPERIOR

76 - 77

SAÚDE

53 - 57

ENSINO PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO



FICHA TÉCNICA | JULHO 2026

Proprietário
Federação Nacional da Educação

Diretor
Pedro Barreiros

Produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

Secretariado
Adosinda Leitão e Cristina Maia

Tesoureiro
Mário Jorge

Redação
Rua Pereira Reis, 399
4200-448 Porto
tel. 225 073 880
www.fne.pt | secretariado@fne.pt

Produção gráfica e paginação
Rafael Marques

Sindicatos membros

- Sindicato dos Professores da Zona Norte
- Sindicato dos Professores da Zona Centro
- Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo
- Sindicato Democrático dos Professores do Sul
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
- Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
- Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas
- Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo/Pessoal Não Docente da Zona Norte
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro
- Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo e Social do Sul e Regiões Autónomas

MEMBROS

SPZN

SPZC



SDP

SDPA



SPM

SPZN

STAE

STAE

FILIAÇÃO



UGT



CPPL-SE

AR



EDITORIAL

PEDRO BARREIROS | SECRETÁRIO-GERAL DA FNE



Um ano letivo que reforça a urgência de valorizar quem educa

O encerramento de um ano letivo constitui sempre um momento privilegiado para refletir sobre o caminho percorrido, reconhecer o trabalho desenvolvido e projetar os desafios que temos pela frente. O ano escolar de 2025/2026 confirmou, uma vez mais, que a Escola Pública continua a assentar, acima de tudo, na dedicação, competência e sentido de missão dos seus profissionais.

Foi graças ao empenho diário de professores, educadores, técnicos especializados, trabalhadores de apoio educativo e dirigentes escolares que foi possível responder às exigências de mais um ano particularmente desafiante. Apesar das dificuldades, das mudanças introduzidas e das exigências crescentes colocadas às escolas, os profissionais da educação voltaram a demonstrar um elevado compromisso com os alunos e com a qualidade do serviço público de educação.

Ao longo deste ano letivo registaram-se alguns avanços importantes. A concretização de mais uma etapa da recuperação do tempo de serviço dos docentes representa o cumprimento de um compromisso pelo qual a FNE sempre se bateu e constitui um sinal positivo de valorização da profissão. No entanto, seria um erro considerar que esta matéria encerra o processo de dignificação da carreira docente. Persistem problemas estruturais que exigem respostas consistentes e duradouras.

A escassez de professores continua a afetar um número significativo de escolas e a comprometer a estabilidade do sistema educativo. Em muitas regiões do país continua a ser difícil preencher horários, assegurar a continuidade pedagógica e garantir que todos os alunos têm, desde o início do ano, os professores de que necessitam. A resposta a este problema não pode assentar apenas em medidas transitórias ou excecionais. Exige uma verdadeira valorização da profissão docente, melhores condições de trabalho, uma carreira mais atrativa, estabilidade profissional e políticas eficazes de fixação de professores nas zonas onde são mais necessários.

Este também foi um ano de intensa negociação entre a FNE e o Ministério da Educação, Ciência e Inovação. Participámos de forma ativa na discussão da revisão do Estatuto da Carreira Docente, do novo modelo de recrutamento e colocação de professores, das alterações ao regime de autonomia e gestão das escolas e de outras matérias fundamentais para o futuro da educação. Fizemo-lo sempre com um espírito construtivo, mas também com firmeza na defesa dos interesses dos profissionais da educação, apresentando propostas concretas e procurando soluções equilibradas, sustentáveis e negociadas.

Os exames nacionais constituíram igualmente um dos momentos mais exigentes do ano letivo. A generalização da classificação eletrónica revelou fragilidades técnicas e organizacionais que colocaram uma enorme pressão sobre os professores classificadores. Muitos trabalharam à noite, aos fins de semana e durante o período de férias para garantir que os alunos não fossem prejudicados. O reconhecimento financeiro agora atribuído pelo Ministério representa um sinal positivo e o cumprimento de um compromisso assumido, mas a FNE continuará a defender que esta valorização deixe de depender de decisões pontuais e passe a integrar um regime permanente de reconhecimento desta importante função.

Mas se houve um tema que marcou profundamente este ano letivo foi o agravamento dos problemas de indisciplina e de desrespeito vividos em muitas escolas. Os resultados da Consulta Nacional promovida pela FNE, que contou com a participação de mais de três mil docentes, confirmam aquilo que os profissionais sentem diariamente: cresce a preocupação com comportamentos de indisciplina, com situações de violência verbal e física, com a desvalorização da autoridade dos professores e com a insuficiência dos mecanismos disponíveis para prevenir e responder a estes fenómenos.

Não podemos aceitar que a escola se transforme num espaço onde quem ensina veja a sua autoridade sistematicamente posta em causa ou onde o exercício da profissão seja condicionado por um clima de insegurança e desrespeito. A qualidade das aprendizagens depende também da qualidade do ambiente educativo. Sem respeito pelos professores e pelos restantes profissionais da educação, dificilmente haverá condições para ensinar, aprender e construir uma escola verdadeiramente inclusiva e exigente.

É precisamente por reconhecer esta realidade que a FNE aprovou a campanha nacional **"Defender Quem Educa. Defender a Escola Pública."** Uma campanha que afirma uma ideia simples, mas essencial: valorizar a Escola Pública passa inevitavelmente por valorizar quem nela trabalha. Defender quem educa significa promover o respeito, reforçar a autoridade dos professores, garantir melhores condições de segurança, combater a indisciplina e assegurar que todos os profissionais dispõem dos meios necessários para exercerem a sua missão com dignidade.

Ao mesmo tempo, a Consulta Nacional da FNE voltou a evidenciar outras preocupações que permanecem por resolver: o excesso de burocracia, a sobrecarga de trabalho, a necessidade de uma formação contínua mais ajustada às necessidades das escolas, os desafios colocados pela utilização das novas tecnologias e da inteligência artificial e a necessidade de investir mais na valorização de todos os trabalhadores da educação.

A FNE continuará, por isso, a assumir uma intervenção sindical exigente, responsável e independente. Continuaremos disponíveis para negociar sempre que existam condições para construir soluções que beneficiem os profissionais e a Escola Pública. Mas manteremos igualmente toda a determinação na defesa dos direitos dos trabalhadores da educação sempre que tal se revele necessário.

O próximo ano letivo será decisivo. Prosseguirá a revisão do Estatuto da Carreira Docente, avançará a reflexão sobre um novo modelo de administração e gestão das escolas, sobre a valorização das lideranças intermédias e sobre a utilização da inteligência artificial na educação. São processos com profundas implicações para o futuro da escola portuguesa e nos quais a FNE continuará a participar com propostas, competência técnica e total independência.

A todos os profissionais da educação deixo uma palavra de sincero reconhecimento. O vosso trabalho diário continua a ser o maior garante da qualidade da Escola Pública portuguesa. É por vós, e convosco, que a FNE continuará a trabalhar todos os dias.

Porque defender quem educa é defender a Escola Pública. E defender a Escola Pública é construir um país mais justo, mais desenvolvido e mais preparado para o futuro. Mas essa defesa exige mais do que discursos: exige respeito, autoridade, segurança e valorização. Só assim teremos escolas onde seja possível ensinar melhor, aprender melhor e formar melhores cidadãos.



Conferência de Imprensa

FNE prevê início do novo ano letivo com problemas do passado

A FNE realizou na manhã de 24 de julho de 2026, no Auditório do SPZN, no Porto, uma Conferência de Imprensa (CI) para balanço do ano letivo que agora termina e divulgação pública dos resultados da Consulta Nacional realizada em junho junto dos docentes sobre as condições de trabalho do ano 2025-2026.

Pedro Barreiros, Secretário-Geral (SG) da FNE, acompanhado dos Vice-Secretários-Gerais, Manuel Teodósio e António Jorge Pinto, começou por assumir que "este é um momento particularmente importante do ponto de vista político e sindical. O governo anunciou um conjunto de reformas estruturantes com a Educação e abriu diversos processos negociais que a FNE tem acompanhado com firmeza e responsabilidade. Contudo, continua a existir um conjunto de problemas estruturais que permanecem sem resposta e que ameaçam marcar o início do próximo ano letivo desde a falta de professores, a indisciplina, a burocracia, a valorização das carreiras e a organização das nossas escolas".

CONSULTA NACIONAL²⁰²⁶

O SG da FNE passou depois a apresentar e comentar alguns dos principais resultados da Consulta Nacional da FNE a docentes, realizada entre 12 e 26 de junho, que contou com 3.174 respostas e que mais uma vez mostrou que os docentes consideram existir mais indisciplina, que se mantém a burocracia e existem menos meios, sendo que a esmagadora maioria dos professores não recomenda a profissão docente aos mais novos.

PRINCIPAL CONCLUSÃO

O inquérito permitiu concluir ainda que os professores continuam profundamente comprometidos com a sua profissão, mas esse compromisso está a ser colocado à prova por condições de trabalho que permanecem desadequadas. Os docentes continuam a gostar de ensinar, mas sentem que o sistema continua a exigir demasiado sem lhes proporcionar o reconhecimento, os recursos e as condições de trabalho que a profissão merece resumindo desta forma os principais pontos concluídos na Consulta:

- 1. A vocação mantém-se, apesar do desgaste
- 2. A profissão continua desvalorizada
- 3. A burocracia continua a ser um dos maiores problemas das escolas
- 4. A indisciplina agrava-se
- 5. O bem-estar dos professores continua em risco
- 6. A profissão continua pouco atrativa para os mais jovens
- 7. As dificuldades económicas continuam presentes
- 8. Os professores acompanham a inovação tecnológica
- 9. As prioridades dos docentes são claras

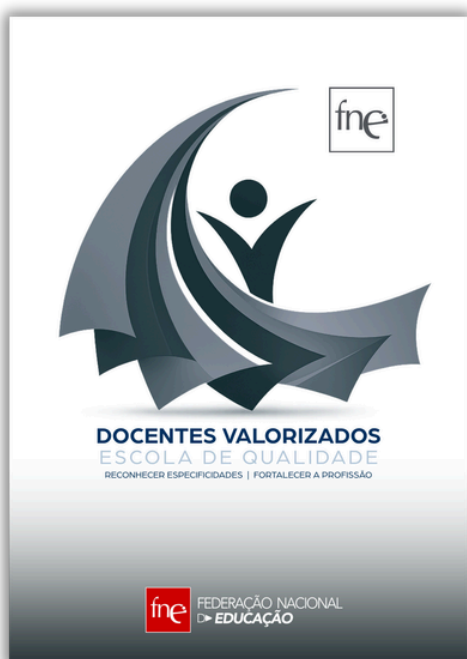
Pedro Barreiros defendeu que "os resultados desta Consulta mostram que a dedicação dos professores continua a ser um dos maiores ativos da escola pública. Mas nenhuma escola pode assentar indefinidamente apenas na dedicação dos seus profissionais. Valorizar os professores é uma condição para garantir o futuro da Educação".



ESTATUTO DA CARREIRA DOCENTE



Depois avançou-se para o balanço da negociação do Estatuto da Carreira Docente (ECD) que chega a julho de 2026 no Tema 2, com a FNE a fazer referência à resolução "O Estatuto da Carreira Docente não pode ser o Estatuto de ontem" na qual alerta para a urgência de garantir que a revisão das condições de trabalho docente deva assentar nos seguintes princípios:



- 1. Valorização da profissão docente**
- 2. Defesa da carreira única**
- 3. Reconhecimento das especificidades profissionais**
- 4. Combate ao desgaste profissional**

TRABALHADORES DE APOIO EDUCATIVO



Os Trabalhadores de Apoio Educativo foram outros dos temas em destaque nesta CI, com a FNE a lembrar que existem vários problemas adiados que exigem respostas e negociações urgentes, assim como encontrar soluções para os concursos dos TEOF para os quais há falta de rigor, clareza e informação, com Pedro Barreiros a reafirmar que "sem trabalhadores de apoio educativo valorizados não há escola de qualidade. A FNE exige respostas e reafirma a sua disponibilidade para negociar".



RESOLUÇÃO



**É URGENTE NEGOCIAR,
VALORIZAR E GARANTIR
CONDIÇÕES PARA O ADEQUADO
FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS.**

EXAMES NACIONAIS



A polémica dos exames nacionais esteve também na mesa, com Pedro Barreiros a remeter para a resolução aprovada pelo SN da FNE, no Luso, no dia 17 de julho de 2026, "O empenho dos professores não pode esconder as falhas do processo" e reforçando precisamente que "foi o empenho dos Professores que permitiu responder às dificuldades. Mas esse empenho não pode servir para esconder as falhas, dispensar a avaliação do que aconteceu ou evitar as mudanças que se impõem". O SG da FNE reafirmou que "é urgente apurar responsabilidades e ultrapassar as dificuldades".



RESOLUÇÃO



**O EMPENHO DOS PROFESSORES
NÃO PODE ESCONDER AS
FALHAS DO PROCESSO**

ENSINO PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO



Foi também feito um balanço da negociação relativa ao processo de revisão do Regime Jurídico do Ensino Português no Estrangeiro (RJEPE) com Pedro Barreiros a registar como "positiva a alteração da norma relativa às comissões de serviço, que salvaguarda os atuais docentes e permite futuras recandidaturas ao mesmo posto", mas reiterando a necessidade de uma efetiva valorização salarial, não aceitando que a proposta apresentada continue sem incluir as novas tabelas remuneratórias. A FNE acrescentou ainda que "manifesta preocupação com os problemas de acesso à Caixa Médica e rejeita o aumento da componente letiva para 22 a 25 horas semanais e discorda da introdução da avaliação dos docentes pelos alunos".



PRIORIDADES DE AÇÃO REIVINDICATIVA PARA O ANO LETIVO DE 2026/2027

Calendarização e ações a desenvolver.

A fechar foram apresentadas algumas das prioridades reivindicativas para 2026-2027 tais como a realização de um "Barómetro da Abertura do Ano Escolar" que consiste num inquérito nacional nas primeiras semanas do ano letivo com questões como: falta de professores; falta de trabalhadores de apoio educativo; burocracia; condições das escolas; violência e indisciplina; recursos digitais.

A criação do Laboratório de Inteligência Artificial com o apoio da AFJET que quer assumir a liderança nesta área, incluindo: formação; guias práticos; recomendações éticas; biblioteca de ferramentas; certificação. "É uma forma de mostrar que os sindicatos da FNE não resistem à inovação, antes ajudam os profissionais a tirar partido dela".

Outra iniciativa anunciada foi o Roteiro Nacional "A FNE nas Escolas" que durante as primeiras semanas do ano letivo vai incluir visitas de dirigentes nacionais e regionais a dezenas de escolas; reuniões informais com professores e trabalhadores de apoio educativo; recolha de problemas através de um formulário digital; colocação de uma faixa ou pendão nas escolas com a mensagem: "O PAÍS QUE QUEREMOS COMEÇA NA ESCOLA Valorizar quem educa. Construir o futuro de Portugal".



PRIORIDADES DE AÇÃO REIVINDICATIVA PARA O ANO LETIVO DE 2026/2027

Calendarização e ações a desenvolver.

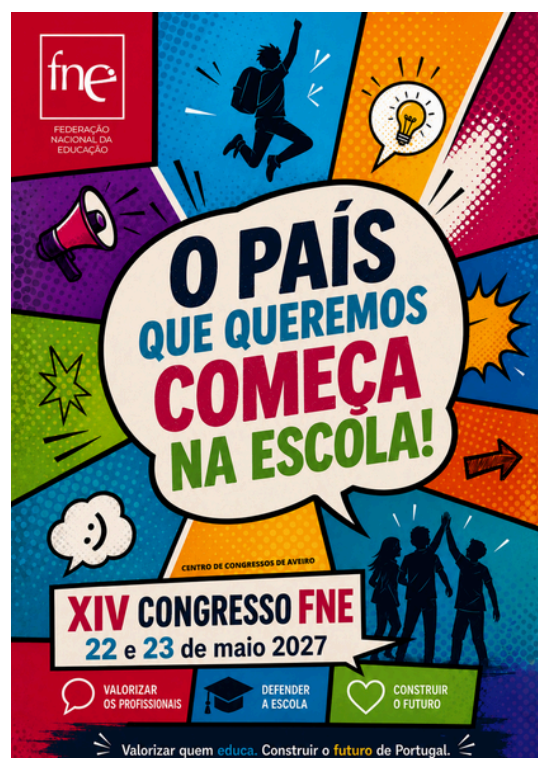
A Campanha Nacional FNE "DEFENDER QUEM EDUCA. DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA" é outra ação a desenvolver e que incluirá um Relatório "O Estado da Disciplina nas Escolas"; uma Semana Nacional do Respeito na escola e Manifesto Nacional e Petição para entrega na AR.

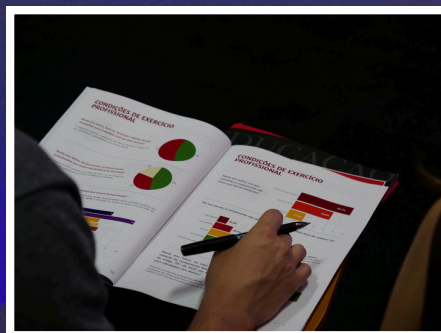
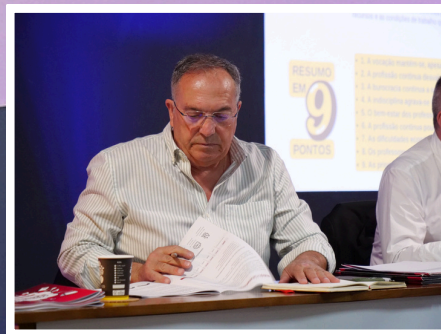
2027 será também um ano marcado pelo XIV Congresso da FNE, que vai acontecer em Aveiro entre 22 e 23 de maio com o lema "O País que queremos começa na Escola".

22 e 23 de maio 2026 - Aveiro

XIV CONGRESSO

fne Federação Nacional da Educação







FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

CONSULTA NACIONAL

Sobre a Carreira Docente e as
condições de exercício profissional, no
termo do ano letivo 2025/2026

Resultados

WWW.FNE.PT



Resultados da Consulta Nacional FNE/AFIET

Burocracia e excesso de trabalho no topo das preocupações

A maioria dos educadores e professores em Portugal continua a não aconselhar os jovens a seguir a carreira docente, apesar de se registar uma ligeira melhoria face aos anos anteriores. A conclusão resulta da Consulta Nacional sobre as Condições de Exercício Profissional dos Educadores e Professores 2026, promovida pela FNE e pela AFIET, que traça um retrato das principais preocupações da classe docente no final do ano letivo de 2025/2026.

O estudo foi realizado entre os dias 12 e 26 de junho de 2026, constituindo-se uma amostra de 3174 docentes que no ano letivo de 2025/2026 lecionaram nos níveis de ensino Educação Pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico, Ensino Secundário, Educação Especial e Ensino Profissional, em Portugal Continental, Regiões Autónomas e Estrangeiro.

O número de respostas do inquérito deste ano, supera o valor médio de participantes das consultas dos anos anteriores, que é de aproximadamente 3113 respostas.

A análise incidiu sobre cinco áreas: bem-estar e desenvolvimento profissional, condições de exercício da profissão, transformação digital no ensino, indisciplina em contexto escolar e formação contínua.

ANO	2021	2022	2023	2024	2025	2026
PARTICIPANTES	1208	2668	3482	3570	4638	3174

DIMENSÕES APRECIADAS



Bem-estar e desenvolvimento profissional.



Condições de exercício profissional.



As novas ferramentas digitais e o ensino.



Indisciplina em contexto escolar.



Formação contínua.



81,8%

De qualquer modo, 81,8% afirmam gostar da profissão, em linha com os resultados das consultas anteriores, e 43,7% sentem-se confortáveis na profissão; 64,0% gostam de ir trabalhar na sua escola;



50,4%

Na consulta deste ano, 50,4% sentem-se realizados no exercício profissional, o que constitui o melhor resultado das consultas promovidas, registando-se até agora uma melhoria constante, de ano para ano.

Burocracia continua a ser o principal problema

Os resultados revelam uma profissão fortemente comprometida com a missão educativa, mas marcada por elevados níveis de desgaste e insatisfação.

O excesso de trabalho e a carga burocrática continuam a ser apontados como a principal preocupação, referidos por 91,4% dos participantes. Seguem-se o comportamento dos alunos (86,5%) e a progressão na carreira (80%).

Quando questionados sobre a possibilidade de incentivarem um jovem a ser professor, 71% responderam negativamente, embora este indicador apresente uma ligeira melhoria em comparação com anos anteriores.

Entre os maiores desafios do quotidiano profissional, os docentes destacam novamente o volume de tarefas administrativas, seguido da dificuldade em conciliar a vida profissional com a vida pessoal e familiar e dos problemas de disciplina em sala de aula.



57,3%

57,3% dos participantes revelou que no último ano sentiu dificuldades financeiras em resultado da necessidade de aquisição de bens e equipamentos para o exercício profissional.



34,7%

No horizonte de cinco anos, a escolha para 34,7% é continuar a exercer a profissão, mas 30,2% já ponderam aposentar-se, sendo que 15,8% o pensam fazer antecipadamente.

Inteligência Artificial ganha espaço nas escolas

A consulta mostra também uma crescente integração das ferramentas digitais no trabalho docente.

Cerca de 64,6% dos professores afirmam acompanhar as transformações tecnológicas e aplicá-las nas suas práticas pedagógicas. Mais de metade (51,5%) já utiliza ferramentas de Inteligência Artificial Generativa, como o ChatGPT, na preparação das aulas.

A utilização destas ferramentas diretamente nas atividades desenvolvidas com os alunos continua, contudo, menos generalizada. Ainda assim, a percentagem de docentes que afirma não recorrer à Inteligência Artificial nas aulas baixou para 54,4%, quando no ano anterior era de 73,1%.

Apesar desta evolução, mantém-se elevada a oposição aos manuais digitais: 65,8% dos inquiridos discordam da sua utilização no processo de ensino-aprendizagem.



56,8%

Não se sentem capazes de avaliar trabalhos realizados com recurso a ferramentas de Inteligência Artificial Generativa.

Indisciplina preocupa cada vez mais os docentes

A indisciplina continua a destacar-se entre os fatores que mais afetam o ambiente escolar.

Mais de metade dos participantes (53,8%) considera que o grau de indisciplina nas salas de aula aumentou em relação ao ano letivo anterior. Entre os comportamentos que mais preocupam os professores surgem a incapacidade de cumprir regras, as conversas constantes durante as aulas, a violência entre alunos e o abuso verbal.

Formação contínua com custos para muitos professores

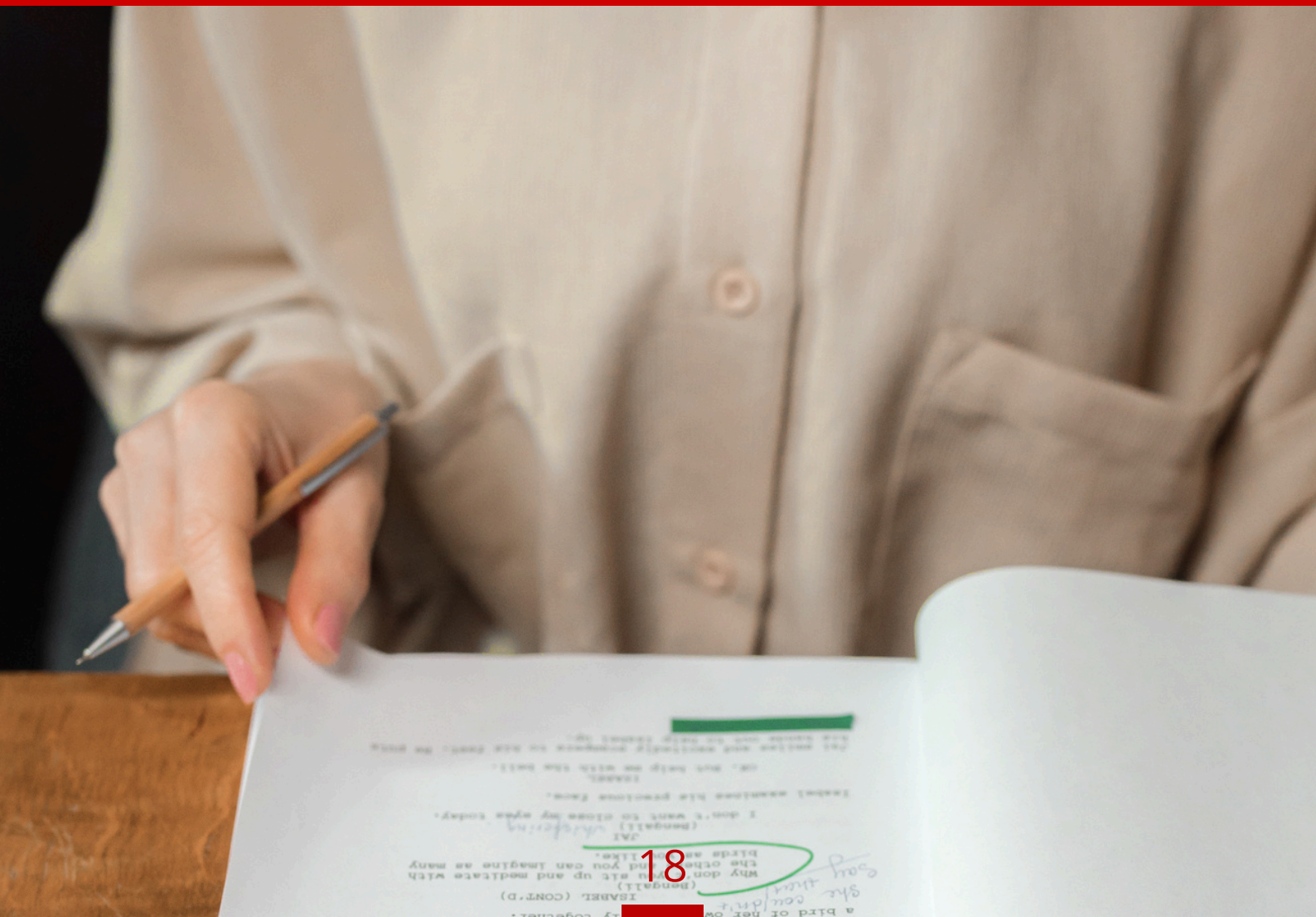
Embora a maioria dos docentes tenha frequentado ações de formação contínua durante este ano letivo, persistem dificuldades no acesso.

Quase um terço dos participantes (29,4%) considera insuficiente a oferta disponibilizada pelo respetivo Centro de Formação. Além disso, 34% afirmam ter suportado financeiramente ações de formação por não conseguirem acesso através das estruturas de formação a que pertencem.



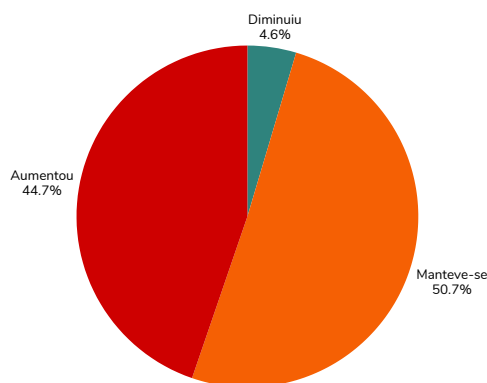
34%

Tiveram de pagar para frequentar ações de formação.



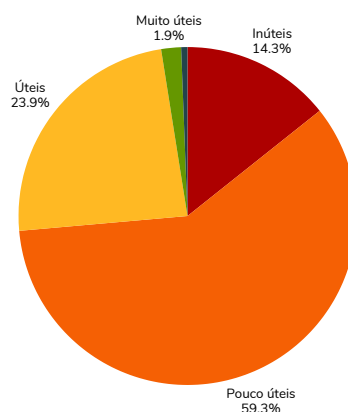
Em relação ao ano anterior, o tempo que teve de utilizar em tarefas burocráticas

É muito significativo (**44,7%**) o número dos que assumem que, em relação ao ano anterior, o tempo que teve de utilizar em tarefas burocráticas aumentou.



Considera que as tarefas administrativas que teve de realizar neste ano letivo foram:

Para **73,6%**, as tarefas administrativas que teve de realizar neste ano letivo foram ou pouco úteis ou inúteis.



Problemas persistem ao longo dos anos

A comparação com os resultados das consultas realizadas nos últimos cinco anos revela que muitas das preocupações dos professores permanecem praticamente inalteradas.

A falta de reconhecimento social da profissão continua a ser uma percepção dominante, apesar de uma ligeira melhoria registada em 2025 e 2026. A remuneração mantém-se igualmente como um dos principais fatores de insatisfação, com mais de nove em cada dez docentes a considerarem que o salário não corresponde às exigências da profissão.

Também o excesso de burocracia permanece como o principal fator de desgaste profissional, enquanto as preocupações relacionadas com a saúde física e emocional assumem um caráter cada vez mais estrutural.

No domínio disciplinar, os dados confirmam uma tendência de agravamento, com o comportamento dos alunos a surgir entre os aspetos que mais preocupam os docentes.

Em contrapartida, a transformação digital constitui uma das áreas onde se observa uma evolução positiva, com um número crescente de professores a incorporar novas tecnologias e ferramentas de Inteligência Artificial na preparação das atividades letivas.



Dedicação mantém escola pública, mas desafios persistem

A FNE considera que algumas das melhorias observadas relativamente a anos anteriores estão relacionadas com o acordo celebrado em maio de 2024 com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação, que permitiu a recuperação integral do tempo de serviço e definiu medidas excecionais de progressão na carreira.

Ainda assim, a federação conclui que os professores continuam a ser um dos principais ativos da escola pública, alertando, porém, que a qualidade do sistema educativo não pode continuar a depender apenas da dedicação dos seus profissionais, sem uma melhoria efetiva das condições de trabalho e da valorização da carreira docente.





secretariado@fne.pt

INQUÉRITO



NACIONAL

AOS DIRETORES DOS AGRUPAMENTOS DE
ESCOLAS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS
COM O OBJETIVO DE:

- APURAR O NÚMERO DE TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM EXERCÍCIO;
- IDENTIFICAR ÁREAS DISCIPLINARES E FORMATIVAS;
- VERIFICAR A EXISTÊNCIA DE HORÁRIOS COMPLETOS E ANUAIS;
- IDENTIFICAR SITUAÇÕES DE EXERCÍCIO CONTINUADO DE FUNÇÕES DURANTE VÁRIOS ANOS CONSECUTIVOS;
- RECOLHER ELEMENTOS DEMONSTRATIVOS DA NATUREZA PERMANENTE DAS NECESSIDADES DAS ESCOLAS.

Inquérito sobre técnicos especializados para formação

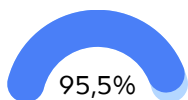
95,5% das escolas identificam necessidades recorrentes

A FNE divulgou os resultados de um Inquérito Nacional sobre os Técnicos Especializados para Formação nas Escolas Públicas, realizado junto de diretores de Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas, que evidencia uma realidade que exige uma resposta política e negocial.

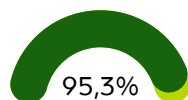
O questionário recolheu 119 respostas, provenientes de 17 distritos, tendo sido identificados 283 técnicos especializados nas 66 escolas e agrupamentos que indicaram dispor destes profissionais. Os resultados demonstram que estes técnicos desempenham funções essenciais ao funcionamento das ofertas educativas e formativas, em áreas tão diversas como Restauração, Saúde, Turismo, Ação Social, Multimédia, Teatro, Audiovisuais, Eletrónica, Informática, Mecânica, Artes e muitas outras.

Os números são claros

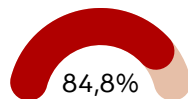
Entre as escolas que contam com técnicos especializados:



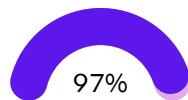
reconhecem que as necessidades por estes asseguradas se repetem anualmente, de forma permanente ou na maioria das áreas;



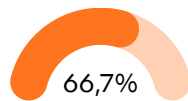
consideram que estes profissionais asseguram, total ou parcialmente, necessidades permanentes das escolas;



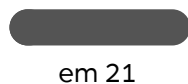
defendem diretamente a criação de mecanismos de estabilidade ou vinculação;



consideram importante ou parcialmente importante garantir formação pedagógica específica;



das escolas existem técnicos cujo maior período de exercício contínuo ultrapassa os cinco anos;



escolas existem situações de profissionais com mais de dez anos de exercício contínuo.

Os dados confirmam, assim, uma contradição que a FNE considera impossível continuar a ignorar: as escolas têm necessidades permanentes, os profissionais desempenham funções permanentes, muitos permanecem durante anos nas mesmas escolas, mas continuam sujeitos a respostas laborais marcadas pela instabilidade e pela contratação sucessiva.

Não são apenas técnicos: são profissionais plenamente integrados na vida pedagógica das escolas

O inquérito demonstra também que a intervenção destes profissionais ultrapassa largamente a transmissão de conhecimentos técnicos ou a lecionação de componentes práticas.

Os técnicos especializados participam em reuniões pedagógicas, avaliação dos alunos, Provas de Aptidão Profissional, Formação em Contexto de Trabalho e componentes teóricas e práticas, assumindo ainda, em diversos casos, responsabilidades de direção de turma, direção de curso, coordenação e outras funções integradas na organização pedagógica das escolas.



RELATÓRIO PARA CONSULTA



Para a FNE, esta realidade deve ser devidamente reconhecida. Não é aceitável que profissionais plenamente integrados nas equipas pedagógicas e indispensáveis ao funcionamento de cursos e ofertas formativas permaneçam, ano após ano, numa situação profissional que não corresponde à natureza estrutural das funções que desempenham.

A precariedade não pode ser a resposta permanente para necessidades permanentes.

A FNE considera que os resultados deste inquérito constituem uma base objetiva para a abertura de um processo de diálogo e negociação que permita encontrar uma solução integrada para estes profissionais.

Essa resposta deverá contemplar:

- **a criação de mecanismos adequados de estabilidade e vinculação;**
- **o reconhecimento da experiência profissional acumulada;**
- **a valorização das funções pedagógicas efetivamente desempenhadas;**
- **a garantia de formação pedagógica específica;**
- **a definição de um modelo de recrutamento transparente, justo e adequado às necessidades permanentes das escolas;**
- **a criação de condições que garantam a continuidade e a qualidade das ofertas educativas e formativas.**

A FNE entende que esta não é apenas uma questão laboral. Está em causa a própria capacidade da escola pública para garantir estabilidade às suas equipas, continuidade aos seus projetos educativos e qualidade às respostas formativas que oferece aos alunos.

Os resultados agora conhecidos mostram que são as próprias direções escolares a reconhecer, de forma esmagadora, a permanência destas necessidades e a defender a criação de soluções de estabilidade.

É, por isso, tempo de transformar esse reconhecimento em resposta política.

Quando as necessidades são permanentes, quando as funções se repetem ano após ano e quando os mesmos profissionais permanecem durante longos períodos ao serviço das escolas, a resposta não pode continuar a ser permanentemente provisória.

A FNE manifesta a sua total disponibilidade para iniciar um processo de diálogo e negociação que permita construir uma solução justa, equilibrada e sustentável para os Técnicos Especializados para Formação nas Escolas Públicas.

A escola pública precisa destes profissionais. E quem é necessário de forma permanente não pode continuar a ser tratado como provisório.



“ Quando as necessidades são permanentes, quando as funções se repetem ano após ano e quando os mesmos profissionais permanecem durante longos períodos ao serviço das escolas, a resposta não pode continuar a ser permanentemente provisória.

FEDERAÇÃO NACIONAL
D ► EDUCAÇÃO

SECRETARIADO NACIONAL



FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

www.fne.pt

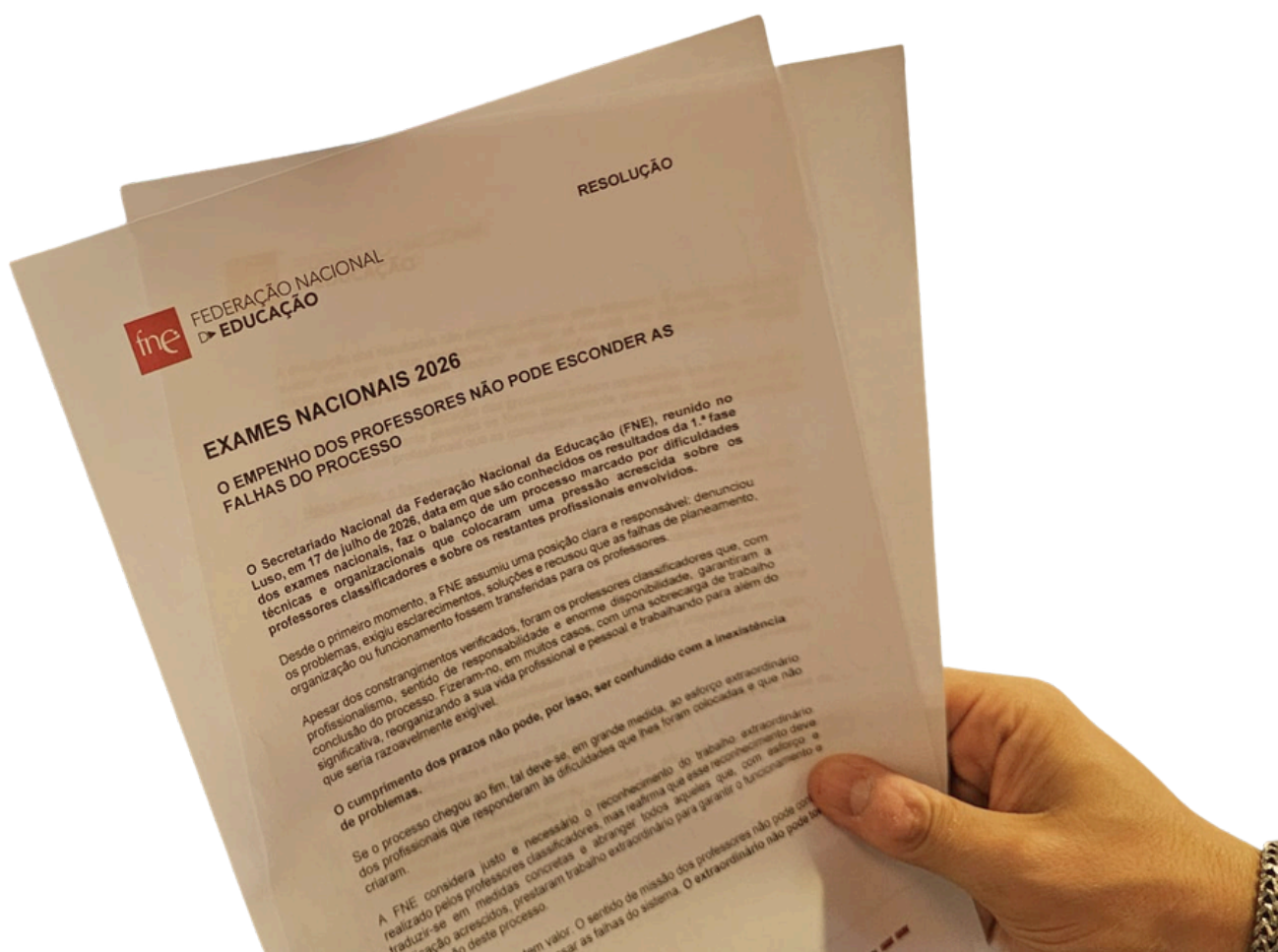
LUSO - 17 JULHO 2026



Luso recebeu SN e CG da FNE para balanço do ano letivo e preparar iniciativas para 2026-2027

O Secretariado Nacional (SN) e o Conselho Geral (CG) da FNE reuniram no Luso, respetivamente a 17 e 18 julho de 2026, para uma apreciação da situação político-sindical, balanço do ano letivo em curso e preparação da ação reivindicativa para 2026-2027.

Ambas as reuniões iniciaram com a recordação e minuto de silêncio em memória de Alcino Silva, Secretário da Mesa do Congresso e Conselho Geral da FNE, que faleceu no passado mês de junho.





CONSELHO GERAL



FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

www.fne.pt

LUSO - 18 JULHO 2026



Conselho Geral fez balanço do ano letivo

Por seu lado, o CG ficou também a conhecer os resultados da Consulta Nacional da FNE/AFIET do corrente ano, abrindo-se depois o espaço para debate sobre a preparação do próximo ano escolar, sobre a ação sindical da federação.

O Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, interveio nas duas reuniões e sublinhou as fortes contrariedades e os desafios do sistema educativo nacional, destacando os temas da falta de professores, o excesso da carga burocrática na profissão docente e a crescente indisciplina na sala de aula.

Pedro Barreiros sublinhou ainda a necessidade de valorização de educadores, professores e trabalhadores de apoio educativo, melhores condições de aposentação e a urgência em que todos os serviços do Ministério da Educação trabalhem a uma só voz.

Um ano sindical cheio de sinais positivos

Tanto o SN como o CG da FNE fizeram um balanço muito positivo deste ano letivo para a federação, quer no crescimento e representatividade sindical, quer na credibilidade, visibilidade e reconhecimento institucional. Para este sucesso, muito contribuíram a negociação do ECD, a negociação coletiva nos setores privado e social, assim como no ensino superior e no EPE – Ensino Português no Estrangeiro.

Os dois órgãos sociais da FNE realçaram também os desafios persistentes no sistema educativo português, entre eles a falta de professores e precariedade profissional, a revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), as remunerações, as condições laborais e questões várias relacionadas com o tempo de trabalho.

Para a FNE, estes aspetos exigem um acompanhamento atento, uma pressão sindical contínua e um diálogo social efetivo, centrado na valorização e dignificação da profissão docente, das carreiras dos trabalhadores de apoio educativo e na qualidade da Educação.







EDUCAÇÃO



FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

www.fne.pt



FNE admite acordo sobre concursos e avançou propostas para valorização das carreiras

A FNE reuniu na manhã do dia 22 de julho de 2026, com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), em Lisboa, num encontro dedicado ao modelo de recrutamento e colocação de docentes, sendo que com vista à preparação do próximo ano letivo, foram igualmente negociadas alterações ao Decreto-Lei n.º 51/2024, de 28 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 108/2025, de 19 de setembro, e ao Decreto-Lei n.º 80-A/2023, de 6 de setembro.

A tutela apresentou ainda os princípios que orientam a revisão do regime de autonomia, administração e gestão escolar, assim como a criação do Estatuto do Diretor.

FNE admite acordo sobre concursos

À saída da reunião e em declarações aos órgãos de comunicação social presentes, o Secretário-Geral (SG) da FNE, Pedro Barreiros, afirmou que a reunião negocial com o MECI decorreu de forma positiva, admitindo que existem condições para alcançar um acordo sobre as alterações ao regime de recrutamento e colocação de docentes, que o Governo pretende fazer entrar em vigor já no próximo ano letivo.

Segundo Pedro Barreiros, a proposta apresentada pela tutela acolhe praticamente todas as contrapropostas entregues pela FNE no início de julho, mantendo-se apenas uma divergência relacionada com o número mínimo de horas de serviço exigidas para acesso aos concursos. Ainda assim, Pedro Barreiros considerou tratar-se de um diploma suscetível de entendimento entre as partes.

Tema dos exames explicado pelo Ministro, mas FNE mantém preocupações

Antes da discussão dos diplomas, o Ministro da Educação fez um ponto de situação sobre os problemas registados nos exames nacionais. De acordo com Pedro Barreiros, o governante reiterou as explicações já conhecidas publicamente, manifestando confiança de que as dificuldades verificadas na primeira fase estarão ultrapassadas na segunda fase dos exames, posição que a FNE recebeu mantendo as críticas e preocupações já expressas nas últimas semanas.

Revisão do Decreto-Lei n.º 51/2024 - proposta será analisada pela FNE

No âmbito da revisão do Decreto-Lei n.º 51/2024, relativo às medidas extraordinárias para responder à escassez de docentes, o Ministério informou que irá reduzir gradualmente esses mecanismos, sustentando que dispõe de indicadores que apontam para uma diminuição da falta de professores. Entre as alterações previstas estão uma menor necessidade de recorrer a docentes aposentados e uma redefinição das zonas geográficas consideradas carenciadas. A FNE irá agora analisar a proposta antes de apresentar contributos formais, mas deixou uma posição clara: deseja que este regime extraordinário possa ser extinto o mais rapidamente possível, sinal de que o sistema já consegue responder às necessidades sem medidas excecionais.

Regime de autonomia, administração e gestão das escolas debatido em agosto

Quanto à reforma do regime de autonomia, administração e gestão das escolas, disse o SG da FNE que o Ministério apresentou apenas os princípios orientadores. Entre as principais mudanças está a intenção de reforçar a autonomia do diretor, prevendo que passe a ser eleito por sufrágio universal, deixando essa competência de pertencer ao conselho geral. O Governo pretende igualmente que o presidente do conselho geral seja uma personalidade independente da comunidade escolar, não ligada à autarquia, nem ao corpo docente. A FNE recebeu a apresentação, que será posteriormente analisada, comprometendo-se a enviar ao MECI os pareceres já produzidos e a participar em novas reuniões técnicas durante o mês de agosto, envolvendo também os diretores escolares na discussão.



Época especial de exames: "Escolas continuam a resolver problemas criados pelo próprio sistema"

Questionado sobre os efeitos da época especial de exames marcada para setembro, Pedro Barreiros alertou que as escolas continuam a ser chamadas a resolver problemas criados pelo próprio sistema educativo. O dirigente sindical antecipou um aumento significativo dos pedidos de reapreciação de provas, explicando que o atual modelo de classificação, em que cada corretor avalia apenas uma parte do exame, favorece classificações muito próximas dos limites de aprovação, aumentando naturalmente o número de reclamações.

Acrescem, segundo afirmou, os erros identificados em várias provas nacionais, situação que deverá provocar maior afluência à segunda fase e à época especial de setembro.

Ainda sobre os exames nacionais, Pedro Barreiros referiu que recebeu do Ministério a garantia de que os alunos que obtiveram classificação positiva não serão prejudicados caso uma reapreciação posterior venha a conduzir a uma nota inferior, mantendo a classificação positiva inicialmente atribuída.

Relativamente à redução do número de candidaturas ao ensino superior nos primeiros dias do concurso, o Secretário-Geral da FNE admitiu que os números poderão refletir a reação dos estudantes e das famílias às dificuldades verificadas no processo de exames, mas considerou que o essencial será garantir uma avaliação justa para todos os alunos. Manifestou igualmente a expectativa de que, concluído todo o processo em setembro, o acesso ao ensino superior decorra dentro dos valores habituais.



Alterações ao modelos de concursos mantém respeito pela graduação profissional

Sobre a revisão do modelo de concursos, Pedro Barreiros explicou que as alterações pretendem acelerar a vinculação de novos docentes e responder de forma mais eficaz à falta de professores. Destacou que os jovens recém-formados deixarão de esperar quase um ano para poder concorrer, passando a integrar imediatamente os procedimentos concursais.

O líder da FNE detalhou ainda que o novo modelo manterá o respeito pela graduação profissional, conservará os concursos anuais e os atuais quadros de zona pedagógica, introduzindo simultaneamente um procedimento concursal contínuo que substituirá as atuais ofertas de escola e reservas de recrutamento. Este sistema permitirá que os docentes permaneçam permanentemente candidatos enquanto não obtiverem colocação. Acrescentou também que a FNE conseguiu assegurar a manutenção da mobilidade interna, intenção inicialmente posta em causa pelo Ministério.

FNE lembrou necessidade de valorização dos Trabalhadores de Apoio Educativo

Na parte final da reunião, a FNE entregou ao Ministro vários documentos com propostas de valorização da profissão docente, defendendo o reconhecimento de funções como a monodocência, a educação inclusiva e outras tarefas especializadas. A Federação apresentou igualmente um estudo sobre os técnicos especializados da formação e voltou a insistir na valorização dos Trabalhadores de Apoio Educativo, alertando para a necessidade de resolver rapidamente os problemas de falta de assistentes operacionais e técnicos, sob pena de o próximo ano letivo começar com novas dificuldades nas escolas.

FNE defende professores e exigiu responsabilidades pelas falhas nos exames nacionais

A FNE fez um balanço crítico do processo dos exames nacionais de 2026, apontando falhas técnicas e organizacionais na implementação do novo sistema de classificação digital e exigindo o apuramento de responsabilidades.

Eis a cronologia das intervenções da FNE no processo:



Considerou a FNE em **comunicado a 29 de junho** que os problemas registados comprometeram a confiança no processo de avaliação externa e defendeu que o Instituto de Educação, Qualidade e Avaliação (EduQA) deveria esclarecer com urgência a origem das falhas, as medidas adotadas para as corrigir e as garantias de que situações semelhantes não voltarão a ocorrer.

A FNE sublinhou também em **comunicado a 11 de julho** que o cumprimento do calendário dos exames só foi possível graças ao esforço extraordinário dos professores classificadores e dos restantes profissionais envolvidos, defendendo que todo o trabalho suplementar deve ser devidamente reconhecido e remunerado. No entanto, alerta que o verdadeiro reconhecimento passa também por melhores condições de trabalho, planeamento adequado e respeito pelos horários dos profissionais.

Logo a **14 de julho**, entre as preocupações manifestadas pela FNE, estava ainda a possibilidade de um aumento significativo dos pedidos de reapreciação das provas, devido à mudança no modelo de classificação e ao clima de desconfiança gerado pelas falhas registadas. A FNE alertou em **comunicado** em que apelava à criação de um plano de contingência que permitisse responder a esse cenário sem recorrer novamente à sobrecarga dos professores.

FNE rejeitou qualquer tentativa de responsabilizar os professores pelas falhas nos exames

A **15 de julho** e também em **comunicado** a FNE rejeitou igualmente qualquer tentativa de responsabilizar os professores pelos problemas verificados, sustentando que as dificuldades resultaram da forma como foi implementado o processo de digitalização e não da utilização da tecnologia em si. Defendeu a FNE no documento enviado às redações, que a modernização da avaliação externa deve assentar em sistemas robustos, formação adequada e na participação dos docentes.

Finalmente, a **17 de julho**, o Secretariado Nacional da FNE aprovou por unanimidade uma **Resolução** que considerava que o empenho dos professores não pode esconder as falhas do processo, acrescentando que no final, considera indispensável uma avaliação rigorosa de todo o processo, o apuramento das responsabilidades e a introdução de melhorias que garantam a credibilidade dos exames nacionais e a valorização dos profissionais da educação.



FNE saúda cumprimento do compromisso, mas defende um regime permanente para valorizar a função de professor classificador

A 27 de julho e logo após a divulgação pública por parte da tutela, a FNE saudou em comunicado a publicação do despacho que determina o pagamento aos professores classificadores dos Exames Finais Nacionais do Ensino Secundário, considerando que a medida concretiza o compromisso assumido pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação de reconhecer o trabalho acrescido desenvolvido na classificação das provas e respetivas reapreciações.

A Federação sublinhou que o último ano letivo foi particularmente exigente para os docentes, devido à implementação generalizada da classificação electrónica e aos vários constrangimentos do processo. Segundo a FNE, muitos professores tiveram de trabalhar à noite, aos fins de semana e durante as férias para garantir o cumprimento dos prazos e a qualidade da avaliação externa.

Embora considere justa a remuneração agora atribuída, a FNE entende que o valor fixado não reflete a responsabilidade, a complexidade técnica das funções, o tempo investido e o esforço exigido aos classificadores. A FNE estima que a medida represente um investimento global próximo dos 3 milhões de euros, considerando-o plenamente justificado pela relevância das tarefas desempenhadas.

A FNE defendeu, contudo, que esta compensação não deverá manter-se como uma solução excecional voltando a reivindicar a criação de um regime permanente de remuneração para os professores classificadores, com regras claras e previsíveis, que assegure o reconhecimento institucional destas funções e valorize de forma consistente o trabalho dos docentes envolvidos na avaliação externa.

UMinho recebeu debate sobre a carreira docente com participação da FNE

Esta foi uma iniciativa integrada nas comemorações dos 50 anos do Instituto de Educação que juntou vários sindicatos do setor para discutir os desafios da profissão e as negociações em curso com o Governo e que teve a moderação da jornalista do Diário de Notícias, Cynthia Valente.

Pedro Barreiros, Secretário-Geral da FNE esteve no painel desta ação que decorreu na UMinho a 8 de julho e na qual estiveram em debate o recrutamento e seleção de docentes, a formação inicial e contínua, a habilitação profissional para o ensino, os direitos e deveres dos professores, a avaliação de desempenho e a valorização da carreira docente.



Perante tantas incertezas relativamente ao futuro do Estatuto da Carreira Docente (ECD), há dois pontos de ordem que devem guiar a negociação: valorizar a profissão e criar condições para atrair jovens para a docência.

Todos os convidados daquela sessão, defenderam que primeiramente, é obrigatório motivar os docentes a manter-se na profissão. Até porque, de momento, muitos correm atrás de melhores condições noutras carreiras.

Pedro Barreiros sublinhou que "de todos os jovens que ingressam na profissão, cerca de 25% abandonam a profissão nos primeiros quatro anos de serviço e isto significa que os jovens são colocados numa

situação profissional para a qual não estão verdadeiramente preparados", defendeu Pedro Barreiros, alertando para a necessidade de enquadrar uma componente mais prática, de contacto com a realidade da própria escola, nos cursos de formação de docentes.

As comemorações dos 50 anos do Instituto de Educação (IE) prosseguem até ao final do ano. O cartaz conta ainda com vários momentos de discussão que procuram, não só, fazer um enquadramento histórico do Ensino em Portugal, mas também perspetivar o futuro, de acordo com os desafios já colocados no presente.

FONTE: RUM

FOTOS: Nuno Gonçalves (U/Minho)





FNE marcou presença na tomada de posse dos órgãos sociais do SDPM

António Pinho foi reeleito nas eleições realizadas entre 6 e 8 de maio, como Presidente do Sindicato Democrático dos Professores da Madeira para o próximo quadriénio (2026-2030).

A cerimónia da tomada de posse dos novos órgãos sociais deste sindicato decorreu no dia 3 de julho de 2026, no Funchal e contou com as presenças do Secretário-Geral da FNE Pedro Barreiros e do Vice-Secretário-Geral da FNE, António Jorge Pinto.

António Pinho garantiu aos associados o compromisso de que o SDPM vai persistir na procura de uma efetiva melhoria do sistema educativo Regional.

De recordar que o Sindicato Democrático de Professores da Madeira tem uma visão sistémica da Educação e do corpo de profissionais que representa. Para este Sindicato, a defesa das especificidades regionais como meio de encontrar melhores respostas educativas para as populações tem a consequência de reforçar a unidade nacional.





FNE presente no seminário "Ensino Profissional: passado, presente e metas para 2030"

O Vice-Secretário-Geral da FNE, António Jorge Pinto e o Secretário Executivo, Mário Jorge Silva, marcaram presença, na Assembleia da República, Sala do Senado, a 8 de julho de 2026, no seminário "Ensino Profissional: passado, presente e metas para 2030", uma iniciativa que reuniu especialistas, representantes do setor educativo, parceiros económicos e estudantes para refletir sobre a evolução, os desafios e as perspectivas do ensino profissional em Portugal.

O seminário pretendeu promover o debate em torno da valorização e consolidação desta via de ensino, bem como das metas a prosseguir até 2030, abordando temas como o papel das escolas e das redes formativas, a articulação com o tecido económico e empresarial, a atratividade das profissões técnicas e a participação de estudantes e antigos estudantes na definição de respostas para o futuro.

O Ministro da Educação, Ciência e Inovação, Fernando Alexandre teve a seu cargo a sessão de encerramento deste seminário.



Publicado CCT União das Misericórdias Portuguesas / FNE e OUTROS

Foi publicado a 22 de julho de 2026 o Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 27, com o Contrato Coletivo entre a União das Misericórdias Portuguesas - UMP e a FNE - Federação Nacional da Educação e outros - Alteração salarial e outras e texto consolidado.

O Presente acordo altera o CCT publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 14, de 15 de abril de 2023, com as alterações publicadas no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 41, de 8 de novembro de 2024, e no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 40, de 29 de outubro de 2025.

Recorde-se que neste acordo foram alcançados os seguintes pontos que contam com retroativos em matérias pecuniárias a 1 janeiro de 2026:

- Aumento de 50 euros para as Tabelas A e B assim como para a Tabela dos Educadores e Professores do Ensino Básico e Secundário;
- Um aumento extraordinário a partir do nível 5 até ao nível 1 de 30 euros para 2026 e de 25 euros para 2027;
- Subsídio de alimentação no valor de 5,5 euros;
- Subsídio de domingo, que será pago a partir do terceiro domingo inclusive a 100%;
- Gozo do dia de aniversário sem perda de retribuição ou antiguidade.
- Ficou também definido um compromisso para que em 2027 se consiga terminar o constrangimento à progressão em carreira dos educadores em creche.



**Consulte aqui o BTE
n.º 27, de 22 julho de 2026.**





Um passo em frente na valorização da carreira de investigação científica

A FNE subscreveu o acordo que aprova o “Regulamento da avaliação do desempenho dos trabalhadores integrados na carreira especial de investigação científica, que exercem funções nos Laboratórios do Estado e noutros serviços da administração direta e indireta do Estado”, por considerar que ele representa um avanço relevante na regulamentação da avaliação do desempenho dos investigadores da carreira especial de investigação científica, assegurando um modelo mais adequado às especificidades da profissão, mais transparente e mais equilibrado do que o regime geral.

Este acordo, celebrado também por outras organizações sindicais (FESAP, STE e SNESUP) incorpora princípios que a FNE sempre defendeu, designadamente a valorização do mérito científico, a contratualização de objetivos, a existência de mecanismos de monitorização e de garantia dos direitos dos trabalhadores, bem como um regime transitório que permite reconhecer, através da ponderação curricular, períodos de trabalho anteriormente não avaliados, com efeitos na progressão remuneratória.

Embora a FNE reconheça que persistem aspetos suscetíveis de aperfeiçoamento, entende que as soluções agora alcançadas traduzem um progresso efetivo para os investigadores e constituem uma base sólida para a aplicação do novo Estatuto da Carreira de Investigação Científica.

A FNE reafirma, assim, o seu compromisso negocial orientado para a obtenção de resultados concretos. Sempre que seja possível alcançar soluções que representem melhorias efetivas para os trabalhadores, a FNE assume a responsabilidade de as concretizar através do diálogo e da negociação coletiva.

Este acordo constitui mais um passo na valorização da carreira de investigação científica, sem prejuízo de a FNE continuar empenhada em acompanhar a sua aplicação e em defender futuras melhorias que reforcem os direitos, a dignidade profissional e a qualidade do sistema científico nacional.





FNE regista avanços na revisão do RJEPE, mas exige valorização remuneratória dos docentes

A FNE esteve presente a 13 e 27 de julho, no Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), em Lisboa, para novas rondas de negociação relativas ao processo de revisão do Regime Jurídico do Ensino Português no Estrangeiro (RJEPE).

Na reunião de 13 de julho, que contou com a participação de Paulo Fernandes, Secretário-Geral Adjunto da FNE, e Teresa Soares, Secretária Nacional Executiva da FNE e Secretária-Geral do SPCL, a tutela apresentou uma nova versão da proposta de diploma, com alterações pontuais. A FNE destacou como positiva a revisão da norma transitória relativa às comissões de serviço, que salvaguarda os atuais docentes dos novos limites temporais e permite futuras recandidaturas ao mesmo lugar, mediante concurso e avaliação de desempenho favorável.

Apesar deste avanço, a FNE lamentou que a proposta continue sem incluir as novas tabelas remuneratórias. Embora o MNE tenha garantido que nenhum docente verá o seu vencimento reduzido, a Federação defendeu que a revisão do regime deve traduzir-se numa valorização salarial efetiva, com aumento da remuneração base e manutenção dos apoios à habitação. Foi também debatida a situação da Caixa Médica, tendo a FNE denunciado os atrasos e dificuldades causados pelo atual processo individual de adesão, que tem deixado alguns docentes temporariamente sem cobertura de saúde.

A componente letiva foi outro dos temas centrais, com a FNE a rejeitar a proposta de uma carga horária entre 22 e 25 horas semanais, por considerar que não reflete a diversidade das funções desempenhadas no Ensino Português no Estrangeiro. A Federação defendeu uma redução da componente letiva para professores e leitores, de forma a garantir o cumprimento do horário normal de trabalho, e manifestou ainda oposição à avaliação dos docentes pelos alunos, por entender que este não é um critério adequado para a avaliação profissional.

FNE contestou avaliação e esperava acesso às tabelas salariais

Já no encontro de 27 de julho, a FNE reiterou a sua oposição à existência de uma avaliação intercalar e à possibilidade de os alunos avaliarem o desempenho dos docentes. Foi ainda contestada a situação dos professores em França e no Luxemburgo, onde existem aulas observadas e avaliadas por entidades locais. A FNE considera inadequado que docentes contratados, remunerados e formados por Portugal possam ver o seu desempenho influenciado por avaliações realizadas por entidades estrangeiras.

Outro dos temas centrais da reunião foi o futuro suplemento de habitação. A FNE sublinhou que persistem dúvidas quanto ao respetivo enquadramento fiscal, nomeadamente sobre a eventual tributação deste complemento e lamentou que as tabelas remuneratórias ainda não tenham sido apresentadas.

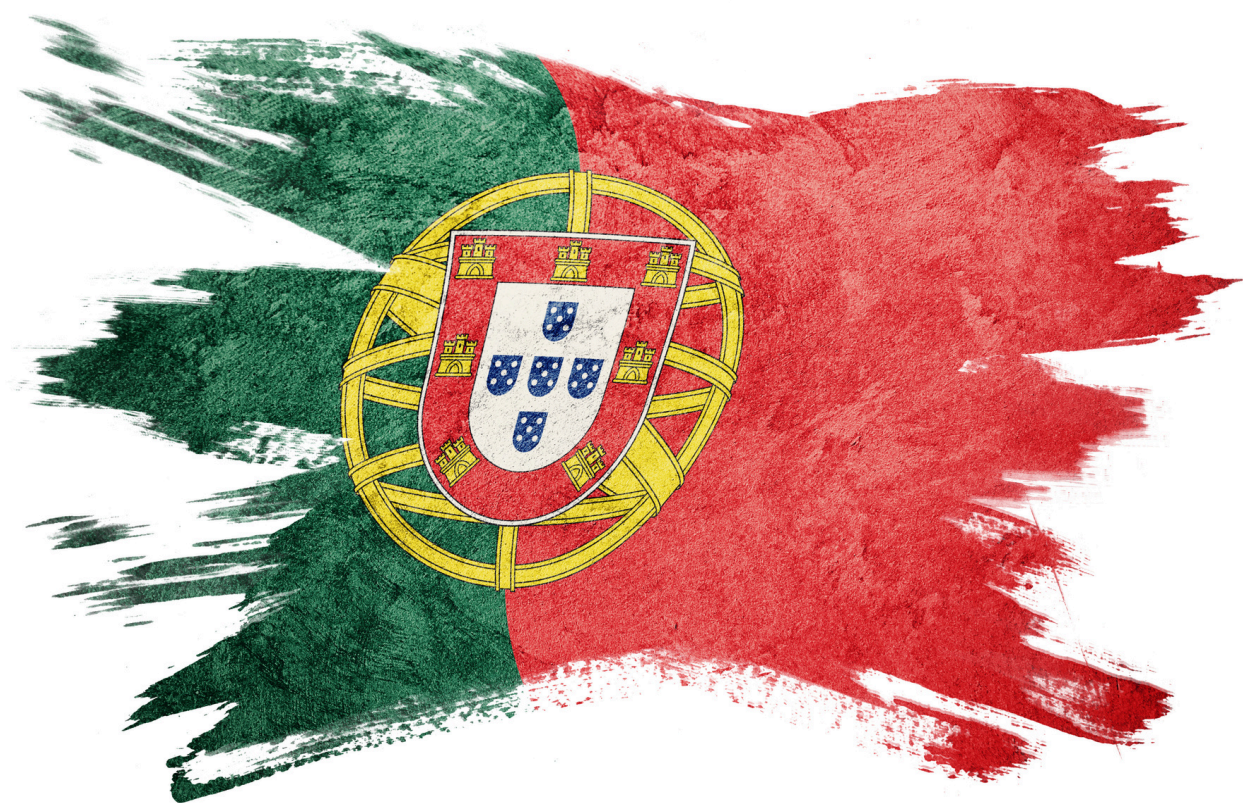
Durante o encontro foram igualmente discutidas matérias como o subsídio de instalação e o subsídio de regresso. A FNE questionou o facto de estes apoios, apesar de previstos no anterior regime jurídico, nunca terem sido pagos aos professores, tendo defendido que esta situação deve ser corrigida e admitiu que possam ser encontradas soluções que compensem os docentes pelos anos em que ficaram excluídos destes direitos. Segundo a FNE, a Secretária de Estado demonstrou surpresa perante esta realidade e comprometeu-se a analisar a questão.

A FNE apresentou ainda propostas para assegurar a contagem integral do tempo de serviço dos docentes para todos os efeitos legais, incluindo os que ainda não ingressaram na carreira pública, bem como para regulamentar de forma mais clara as ajudas de custo e o subsídio de transporte, garantindo um pagamento considerado justo e adequado.

Outro dos aspetos abordados foi o regime de faltas, cuja adaptação às especificidades do exercício de funções no estrangeiro é considerada necessária. Entre os exemplos apontados esteve o regime das faltas por nojo, que, segundo a FNE, deve refletir melhor a realidade dos docentes colocados fora de Portugal.

No que respeita à valorização remuneratória, Paulo Fernandes e Teresa Soares informaram que as propostas relativas às tabelas salariais e aos valores do suplemento de habitação serão entregues às organizações sindicais para análise até ao final da semana. De acordo com as informações transmitidas na reunião, a valorização salarial será implementada de forma gradual ao longo de três anos, estando a remuneração base prevista apenas para o final desse período. A FNE afirma que só após conhecer as tabelas poderá avaliar se a proposta corresponde às expectativas dos docentes.

A redução da componente letiva para professores e leitores, foi outro ponto defendido pela FNE que considera que essa medida deve ficar expressamente consagrada no novo regime jurídico. A proposta apresentada pela tutela não contemplava essa alteração, pelo que a FNE garantiu que continuaria a insistir nesta reivindicação.





FNE considerou propostas do Governo insuficientes

A fechar o mês de julho, nova ronda negocial no Ministério dos Negócios Estrangeiros, sobre a revisão do Regime Jurídico do Ensino Português no Estrangeiro (RJEPE).

A FNE manifestou descontentamento com as propostas apresentadas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros neste novo encontro negocial sobre o RJEPE, considerando que as tabelas remuneratórias propostas ficam "muito aquém" da valorização esperada para as carreiras.

Segundo a Federação, as novas tabelas para coordenadores, professores e leitores apresentam diferenças significativas entre países, com aumentos salariais que, em alguns casos, rondam os 20%, enquanto noutros não chegam a 1%. A FNE questionou esta disparidade e considera que o próprio Ministério reconheceu a necessidade de rever e aperfeiçoar as propostas.

Outro dos pontos centrais da reunião foi o complemento de apoio à habitação.

A FNE criticou os critérios de acesso previstos, alertando que poderão excluir um número significativo de docentes, nomeadamente aqueles que possuam habitação própria no país onde exercem funções, defendendo que a valorização deve incidir sobretudo na remuneração base, por considerar que esta é a que efetivamente valoriza a profissão e produz impacto na carreira contributiva dos docentes.

Durante a negociação foram ainda debatidas matérias relacionadas com a organização dos horários de trabalho, a definição das componentes letiva e não letiva, a avaliação do desempenho, o pagamento do seguro de saúde obrigatório nos países onde este é exigido e o regime das ajudas de custo.

No âmbito da avaliação dos docentes, a FNE mostrou-se favorável à retirada da possibilidade de os alunos avaliarem diretamente o desempenho dos professores, defendendo que a avaliação da qualidade do ensino deve ser tratada em sede própria e não integrar a avaliação individual dos docentes.

A Federação contestou igualmente a proposta que prevê a cessação da comissão de serviço após 30 dias de ausência por doença devidamente comprovada.

A FNE pretende o regresso ao limite anterior de 60 dias, considerando que mesmo esse prazo pode revelar-se insuficiente em situações de doença incapacitante, cujo conceito continua por definir.

A reunião abordou ainda o modelo do Ensino Português no Estrangeiro. A FNE alertou para a crescente predominância de alunos estrangeiros, que representam atualmente cerca de 60% do universo de alunos, enquanto os estudantes portugueses rondam os 40%. Neste contexto, a Federação considera que o ensino tem vindo a assumir um perfil de língua estrangeira, relegando para segundo plano a história, a geografia e a cultura portuguesas, componentes previstas no regime jurídico, mas difíceis de concretizar nas atuais condições de funcionamento das turmas.

A FNE defende, por isso, que a revisão do RJEPE deve clarificar os objetivos do Ensino Português no Estrangeiro, definindo de forma inequívoca a quem se destina e qual deve ser a sua missão educativa.

A próxima reunião negocial ficou definida para a última semana de agosto, em data e hora a definir.



Reformas educativas

O ano de 2026 pode revelar-se um ano importante para a educação em Portugal. Entre a revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), a reestruturação curricular anunciada pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) e a reorganização orgânica do próprio ministério, os profissionais da educação enfrentam um calendário de mudanças sem precedentes nos anos mais recentes.

A revisão curricular anunciada pelo governo prevê alterações às cargas horárias das disciplinas e à reorganização dos ciclos de ensino, com aplicação prevista até ao ano letivo de 2027/2028. Trata-se de uma mudança com impacto direto e significativo na organização das escolas, na distribuição de serviço docente e na própria identidade curricular do sistema.

A Federação Nacional da Educação (FNE) alertou, no devido tempo, que muitas destas intenções chegaram ao conhecimento dos sindicatos através da comunicação social, e não por via da consulta institucional que deveria preceder decisões desta natureza. Esta é uma fragilidade que urge retificar: não pode haver reforma educativa sem os professores.

Paralelamente, decorre a negociação do novo ECD, processo que a FNE considera central para travar o envelhecimento do corpo docente (mais de metade dos professores tem hoje 50 ou mais anos) e para tornar a profissão novamente atrativa para quem entra no mercado de trabalho. Sem carreiras dignas, sem estabilidade e sem reconhecimento efetivo, dificilmente se resolverá o problema da falta de professores nas escolas portuguesas.

A este cenário soma-se a revisão das aprendizagens essenciais, cujo projeto-piloto arrancou em 2026 nos anos de escolaridade mais sensíveis à transição de ciclo, e a recomendação do Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre a organização curricular dos primeiros seis anos de escolaridade, que aponta para a integração dos 1.º e 2.º ciclos.

São propostas com fundamentação técnica reconhecida, alinhadas com práticas internacionais, mas que só farão sentido na prática se as escolas e os docentes tiverem tempo, formação e recursos para as concretizar. Anunciar calendários apertados sem preparar o terreno é o caminho mais curto para a falha.

Há, é certo, sinais positivos: o reforço da educação pré-escolar, a universalidade de acesso para as crianças a partir dos três anos e o novo modelo de apoio social no ensino superior, mostram vontade de investir.

Mas o investimento financeiro, por si só, não é suficiente. Reformas desta magnitude para não serem comprometidas na sua eficácia devem ser amplamente discutidas e trabalhadas antes da sua implementação.

A FNE tem reiterado que 2026 deve traduzir-se em avanços concretos, e não apenas em compromissos formais. Cabe agora ao MECI demonstrar, através de consulta genuína, que a valorização dos profissionais e a qualidade do ensino andam de facto de mãos dadas.

A escola pública só sairá fortalecida se quem nela trabalha for parte ativa da mudança, e não mero observador de decisões já firmadas. É esse o desafio que se coloca ao MECI neste ano decisivo: reformar com quem ensina, não apesar de quem ensina.

António Pinho
Presidente do SDPM





TRABALHADORES DE APOIO EDUCATIVO

É URGENTE NEGOCIAR,
VALORIZAR E GARANTIR
CONDIÇÕES PARA O
ADEQUADO
FUNCIONAMENTO DAS
ESCOLAS.

FNE exige negociação urgente para valorizar os Trabalhadores de Apoio Educativo

O Secretariado Nacional da Federação Nacional da Educação (FNE) aprovou, por unanimidade, uma resolução em que exige ao Governo a abertura urgente de um processo negocial destinado à valorização dos Trabalhadores de Apoio Educativo, alertando que a ausência de respostas coloca em causa o adequado funcionamento das escolas.

A FNE considera inaceitável que persistam problemas como a insuficiência de trabalhadores, a precariedade, os rácios desajustados, a falta de valorização das carreiras e das remunerações e a ausência de condições que reconheçam a importância destes profissionais para a qualidade da Escola Pública.

Na mesma resolução, a Federação manifesta ainda preocupação com o concurso dos Técnicos Especializados para Outras Funções (TEOF), denunciando a falta de rigor, clareza e uniformidade do processo e exigindo esclarecimentos urgentes que garantam transparência e igualdade para todos os candidatos.

A FNE reafirma a sua disponibilidade para negociar soluções concretas, mas deixa uma mensagem clara: as escolas não funcionam sem Trabalhadores de Apoio Educativo valorizados. É tempo de passar das promessas às decisões.

A resolução aprovada pelo Secretariado Nacional da FNE pode ser consultada abaixo e na página oficial da FNE em www.fne.pt.







Trabalhadores de Apoio Educativo: Basta de Adiamentos

Há muito que os Trabalhadores de Apoio Educativo deixaram de ser apenas um apoio complementar nas escolas. Hoje são profissionais indispensáveis ao funcionamento da Escola Pública, assumindo responsabilidades cada vez mais exigentes e desempenhando um papel decisivo na promoção da inclusão, da segurança e do bem-estar de milhares de alunos. No entanto, continuam a ser uma das carreiras mais esquecidas pelo Ministério da Educação.

Ao longo dos anos, estes trabalhadores têm sido confrontados com sucessivos adiamentos das negociações para a revisão e valorização da sua carreira. Reuniões prometidas, compromissos anunciados e expectativas criadas acabam, repetidamente, por dar lugar ao silêncio ou ao adiamento. Uma realidade que alimenta a frustração e o sentimento de desrespeito de quem, todos os dias, garante que as escolas funcionam.

Enquanto se discute o futuro da educação, fala-se de inovação, de inclusão, de sucesso escolar e de combate ao abandono. Mas esquece-se que nenhuma destas metas é alcançável sem todos os profissionais que integram a comunidade educativa. Os Trabalhadores de Apoio Educativo são parte integrante desse projeto. Acompanham alunos com necessidades específicas, intervêm em situações de conflito, asseguram a vigilância e a segurança dos espaços escolares, colaboram com docentes e técnicos especializados e prestam apoio essencial às famílias. São um dos pilares da escola inclusiva que tanto se apregoa nos discursos políticos.

Paradoxalmente, quanto maiores são as exigências colocadas a estes profissionais, menor parece ser a prioridade dada à valorização da sua carreira. As funções evoluíram, as responsabilidades aumentaram e a complexidade do trabalho é hoje incomparavelmente superior à de há alguns anos. No entanto, as condições de progressão continuam limitadas e o reconhecimento profissional tarda em chegar.

Esta situação não é apenas injusta; é também um erro estratégico. Uma Escola Pública de qualidade exige profissionais motivados, valorizados e respeitados. O desinvestimento nas carreiras dos Trabalhadores de Apoio Educativo contribui para a desmotivação, dificulta a atração de novos profissionais e coloca em risco a estabilidade das equipas educativas. Não basta exigir mais competências, mais disponibilidade e maior responsabilidade. É necessário reconhecer esse esforço através de medidas concretas.

O constante adiamento das negociações tornou-se um símbolo da falta de vontade política para resolver um problema que se arrasta há demasiado tempo. Não é aceitável que estes profissionais continuem a ouvir promessas enquanto aguardam, ano após ano, por decisões que nunca chegam. A valorização da carreira não pode continuar dependente de calendários políticos ou de prioridades conjunturais.

Os sindicatos têm desempenhado um papel essencial na defesa destes trabalhadores, mantendo viva uma reivindicação que é legítima e urgente. A dignificação da carreira dos Trabalhadores de Apoio Educativo não é um privilégio nem uma exigência desproporcionada. É uma questão de justiça laboral, de respeito profissional e de coerência com os princípios que sustentam uma Escola Pública inclusiva e de qualidade.

Chegou o momento de o Ministério da Educação passar das palavras aos atos. Os Trabalhadores de Apoio Educativo não precisam de novos adiamentos nem de promessas vagas. Precisam de negociações sérias, de soluções concretas e de uma carreira que reflita a importância das funções que desempenham diariamente.

Uma Escola Pública forte constrói-se com o contributo de todos. Ignorar aqueles que garantem, diariamente, o seu funcionamento é fragilizar o próprio sistema educativo. Valorizar os Trabalhadores de Apoio Educativo é valorizar a escola, os alunos e o futuro da educação em Portugal. O tempo da espera terminou. É tempo de reconhecimento, de respeito e de justiça.

Cristina Peixoto
Presidente do STAEZN



Relação professor-aluno deve ser a base da educação na era da Inteligência Artificial

Sindicatos da educação de todo o mundo reuniram-se em Madrid, nos dias 29 e 30 de junho de 2026, para a primeira reunião presencial da Rede de IA e Tecnologia da Internacional da Educação (IE), marcando um passo decisivo para garantir que o futuro da inteligência artificial (IA) na educação seja moldado no interesse público: por educadores, para os alunos.

Organizada em colaboração com o Governo de Espanha e os sindicatos espanhóis filiados na IE, a reunião centrou-se numa questão central: de que forma a IA está a afetar o desenvolvimento, o bem-estar e a aprendizagem dos alunos — e o que é necessário fazer para os proteger? No centro das discussões esteve um princípio fundamental: a relação professor-aluno deve continuar a ser a base da educação na era da IA.

Os rápidos avanços na IA já estão a ter impacto nas salas de aula, nos ambientes de aprendizagem e no trabalho quotidiano dos professores. Os sindicatos da educação alertam que o ritmo da evolução tecnológica está a ultrapassar a capacidade de regulamentação, levantando questões urgentes sobre o seu impacto nas crianças e nos sistemas educativos.

«A IA está a entrar na educação a uma velocidade sem precedentes», afirmou David Edwards, secretário-geral da Educação Internacional. «A questão não é se irá afetar as nossas salas de aula, mas sim se o fará de forma a proteger os alunos, respeitar os professores e reforçar a educação pública.»

A IE salienta que a educação não é um campo para a inovação tecnológica nem para o teste de produtos.

É o local onde se dá o desenvolvimento humano — onde os alunos aprendem a pensar criticamente, a construir relações e a crescer como indivíduos e cidadãos.

«Nenhum produto ou plataforma tecnológica pode substituir a confiança, o cuidado e o discernimento profissional que estão no cerne do ensino e constituem a força vital das nossas sociedades», acrescentou Edwards.

Uma resposta liderada pelos sindicatos à IA na educação

A reunião de Madrid respondeu diretamente a um mandato do Congresso Mundial da Internacional da Educação no sentido de reforçar o envolvimento dos sindicatos em matéria de IA e do futuro da profissão docente. Reunindo sindicatos, investigadores e decisores políticos, a Rede de IA e Tecnologia irá:

- Desenvolver uma compreensão baseada em dados concretos sobre a forma como a IA afeta o desenvolvimento, a segurança e a aprendizagem dos alunos;
- Desenvolver estratégias comuns e ações de defesa de uma IA na educação centrada no ser humano e liderada pelos professores;
- Reforçar as estruturas de cooperação global para garantir que as vozes dos professores influenciem a governação da IA.

Os participantes exploraram formas de garantir que os sistemas de IA estejam alinhados com os valores educativos, incluindo a equidade, a inclusão e a responsabilização democrática. Os debates foram orientados pelo novo relatório de enquadramento «Ensino, IA e o Núcleo Humano da Educação: O Futuro que Vale a Pena Defender», da autoria de Armand Doucet para a Educação Internacional.

O relatório acrescenta a perspetiva da profissão docente a um debate global crescente sobre a IA e a educação. Não pretende oferecer respostas definitivas. Oferece um enquadramento profissional: o que está a mudar, o que não deve ser perdido e o que os professores, sindicatos, governos e comunidades devem agora moldar em conjunto.

No centro deste documento de trabalho em evolução está a ideia de que a IA deve fortalecer a educação sem enfraquecer as relações humanas, o julgamento profissional e o propósito público que estão no seu cerne.

Priorizar a educação pública

Os sindicatos da educação salientaram que as decisões sobre a IA na educação não podem ser deixadas a cargo de empresas tecnológicas privadas. Em vez disso, devem ser orientadas pelas autoridades públicas, pelos educadores e pelas comunidades.

A reunião contribuiu para um esforço global crescente, liderado pelos sindicatos da educação, no sentido de garantir que a IA apoie o desenvolvimento humano e a aprendizagem, em vez de impedir o desenvolvimento cognitivo e de promover a manipulação emocional, proteja os direitos e o bem-estar dos alunos e reforce, em vez de substituir, a profissão docente.

A reunião de Madrid marcou o início de um processo contínuo para construir uma forte comunidade global de líderes sindicais e especialistas que trabalham na área da IA e da educação. À medida que a IA continua a evoluir, a IE e os seus membros estão empenhados em garantir que os sistemas educativos não adotem acriticamente as mudanças tecnológicas — mas que as moldem ativamente.

Porque o futuro da educação deve continuar a ser centrado no ser humano, liderado pelos professores, financiado com fundos públicos e assente nas necessidades e nos direitos de cada aluno.

Objetivos centrais do Encontro Global:

Enfoque centrado no ser humano: garantir que as ferramentas de IA apoiem, em vez de enfraquecerem, o discernimento profissional dos professores e a ligação humana.

Proteção dos alunos: analisar como os sistemas automatizados afetam o desenvolvimento, a privacidade e o crescimento cognitivo dos jovens alunos.

Governança e equidade: exigir uma supervisão pública robusta para impedir a privatização de tecnologias não avaliadas e o viés algorítmico nas salas de aula.

Principais exigências dos educadores

Liderança docente:

Os educadores devem conceber ativamente as políticas tecnológicas, em vez de reagirem passivamente à implementação de software pelas empresas.

Formação profissional:

Acelerar a formação em literacia digital e nos fundamentos da IA para líderes sindicais e pessoal escolar.

Limites éticos:

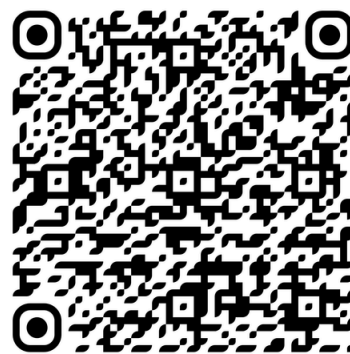
Implementar normas claras de responsabilização e transparência dos fornecedores no que diz respeito à utilização de dados educativos.

Education
International

Teaching, AI, and the Human Core of Education : The Future Worth Defending



Armand Doucet
April 2026



ResNet traça um caminho para reforçar o estatuto da profissão docente

A remuneração dos professores, o trabalho infantil, a ação climática na educação e a rápida expansão da inteligência artificial (IA) estiveram entre as principais questões debatidas na 19ª reunião da Rede de Investigação da Internacional da Educação (ResNet), de 15 e 16 de junho de 2026, em que a FNE participou.

O objetivo foi analisar os desafios que os educadores enfrentam em todo o mundo e identificar estratégias para reforçar o estatuto da profissão docente. Reunindo investigadores e líderes sindicais de todo o mundo, a reunião reafirmou o papel fundamental da investigação baseada em dados concretos no apoio aos direitos dos educadores, na influência das políticas públicas e no reforço da defesa sindical de uma educação pública de qualidade.



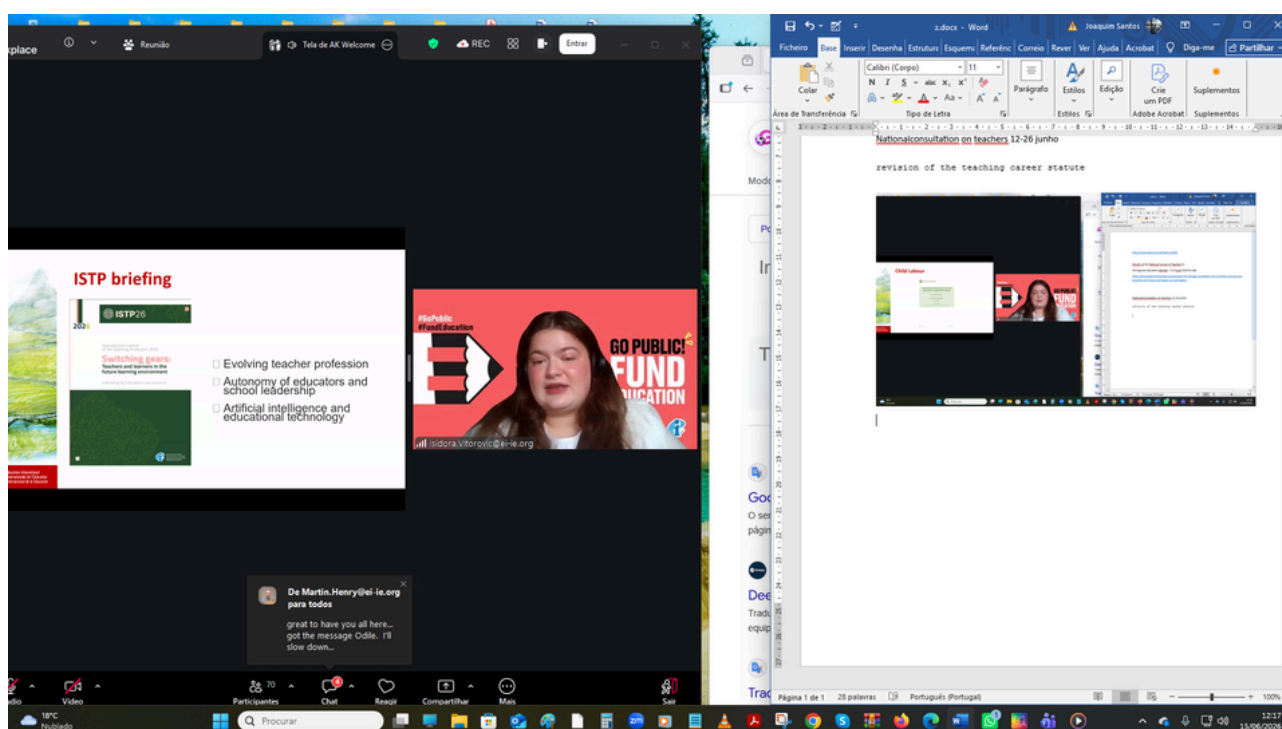
Investigação ao serviço dos educadores e dos seus sindicatos

Ao abrir a reunião, a Secretária-Geral Adjunta da Internacional da Educação (IE), Cassandra Hallett, salientou que uma investigação independente e rigorosa é essencial para promover políticas que melhorem as condições de trabalho e de aprendizagem, tanto dos educadores como dos alunos.

«Enquanto comunidade global de investigadores na área da educação, reunimo-nos para partilhar o que sabemos e para aprender uns com os outros sobre investigação eficaz em prol dos membros, que influencie a opinião pública e as políticas governamentais», afirmou. Hallett sublinhou também a importância da investigação numa altura em que as evidências e os conhecimentos especializados são cada vez mais postos em causa no debate público.

Referiu que a ResNet constitui um fórum global vital onde investigadores e sindicatos da educação podem trocar conhecimentos, reforçar a defesa coletiva e garantir que a investigação se mantém enraizada nas realidades vividas pelos educadores e pelo pessoal de apoio à educação.

A reunião foi moderada por Stacey Pelika, diretora de investigação da Associação Nacional de Educação (NEA) dos Estados Unidos e presidente do Instituto de Investigação da IE. «Aqueles de nós que estão a fazer investigação não o fazem por ideologia, mas por quererem compreender o que está a acontecer e orientar o nosso caminho». Salientando a ligação entre investigação e defesa de causas, acrescentou que precisamos dos dados para podermos continuar a debater as políticas.



Um estudo global revela uma profissão sob pressão

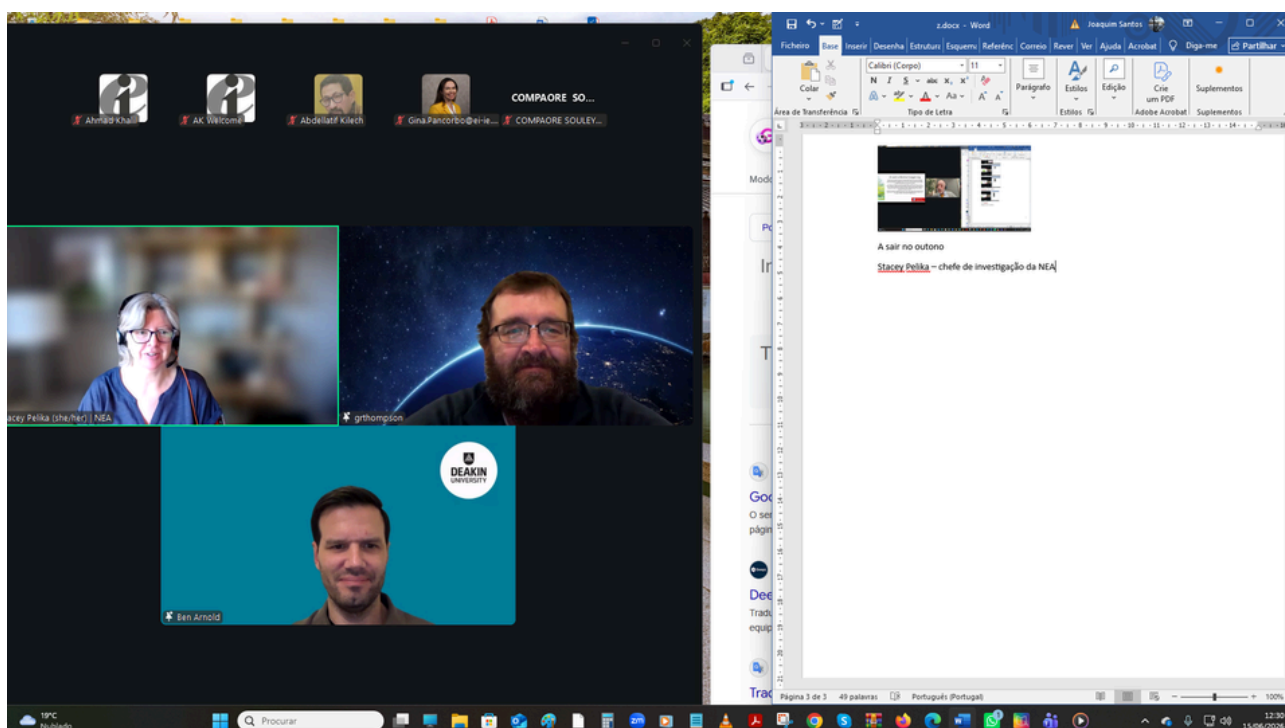
Um dos pontos centrais da reunião foram as conclusões mais recentes do estudo «Global Status of Teachers» da IE, apresentadas pelos professores Greg Thompson e Ben Arnold.

A investigação traça um quadro preocupante: embora os professores sejam amplamente reconhecidos como desempenhando um papel fundamental na sociedade, esse reconhecimento não se reflete nas políticas públicas, nas decisões de financiamento nem nas condições de trabalho.

«Havia a sensação de que os professores têm um papel fundamental a desempenhar na sociedade, mas o estatuto efetivamente atribuído à profissão não se refletia nessa sensação de importância», explicou Arnold.

Em muitos países, a educação continua a ser tratada como uma área sujeita a cortes orçamentais, em vez de um bem público digno de investimento sustentado. Os participantes salientaram que as políticas de austeridade, o subfinanciamento crónico, os salários inadequados, a escassez de pessoal e as cargas de trabalho excessivas continuam a minar a atratividade da profissão e a contribuir para a escassez global de professores.

Estas conclusões reforçaram uma mensagem que os sindicatos da educação têm vindo a destacar há anos: o ensino é uma atividade profissional altamente qualificada, que exige conhecimentos aprofundados, trabalho intelectual, empenho emocional e relações sólidas com os alunos e as comunidades. No entanto, com demasiada frequência, é negado aos educadores o respeito profissional, a confiança, a autonomia e os recursos de que necessitam.



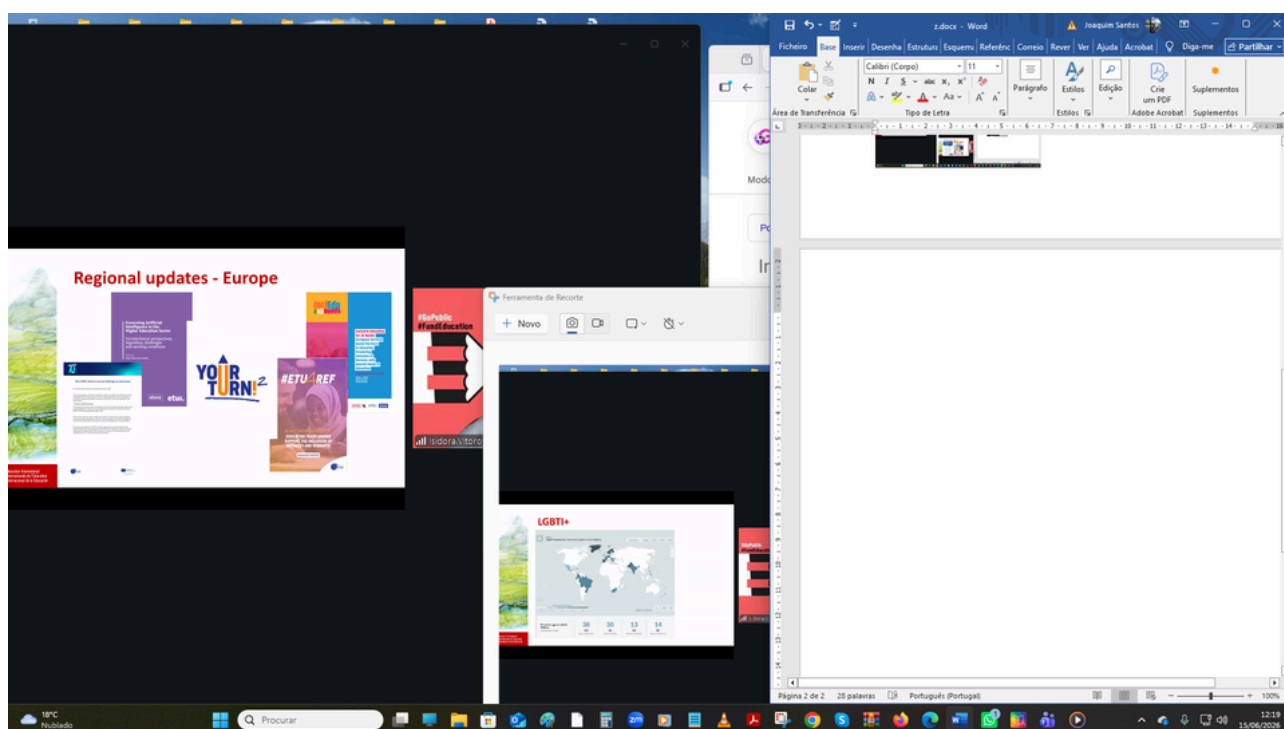
A IA e a tecnologia devem apoiar — e não substituir — os educadores

Os participantes analisaram também a influência crescente da tecnologia e da IA na educação. Embora as ferramentas digitais possam apoiar o ensino e a aprendizagem, foram manifestadas preocupações quanto ao facto de os governos e os agentes privados estarem cada vez mais a apresentar a IA como um substituto do trabalho educativo profissional, em vez de uma ferramenta para apoiar os educadores.

A discussão destacou como as promessas de eficiência podem mascarar agendas de redução de custos que desvalorizam a competência profissional. Na prática, os educadores veem-se frequentemente a corrigir erros, a adaptar conteúdos gerados pela IA e a gerir novas responsabilidades criadas pelos sistemas tecnológicos.

Os participantes alertaram que a tecnologia não deve ser utilizada para aprofundar a desprofissionalização do ensino. Em vez disso, os educadores e os seus sindicatos devem ter um papel decisivo na definição da forma como a IA é desenvolvida, regulamentada e utilizada nas escolas.

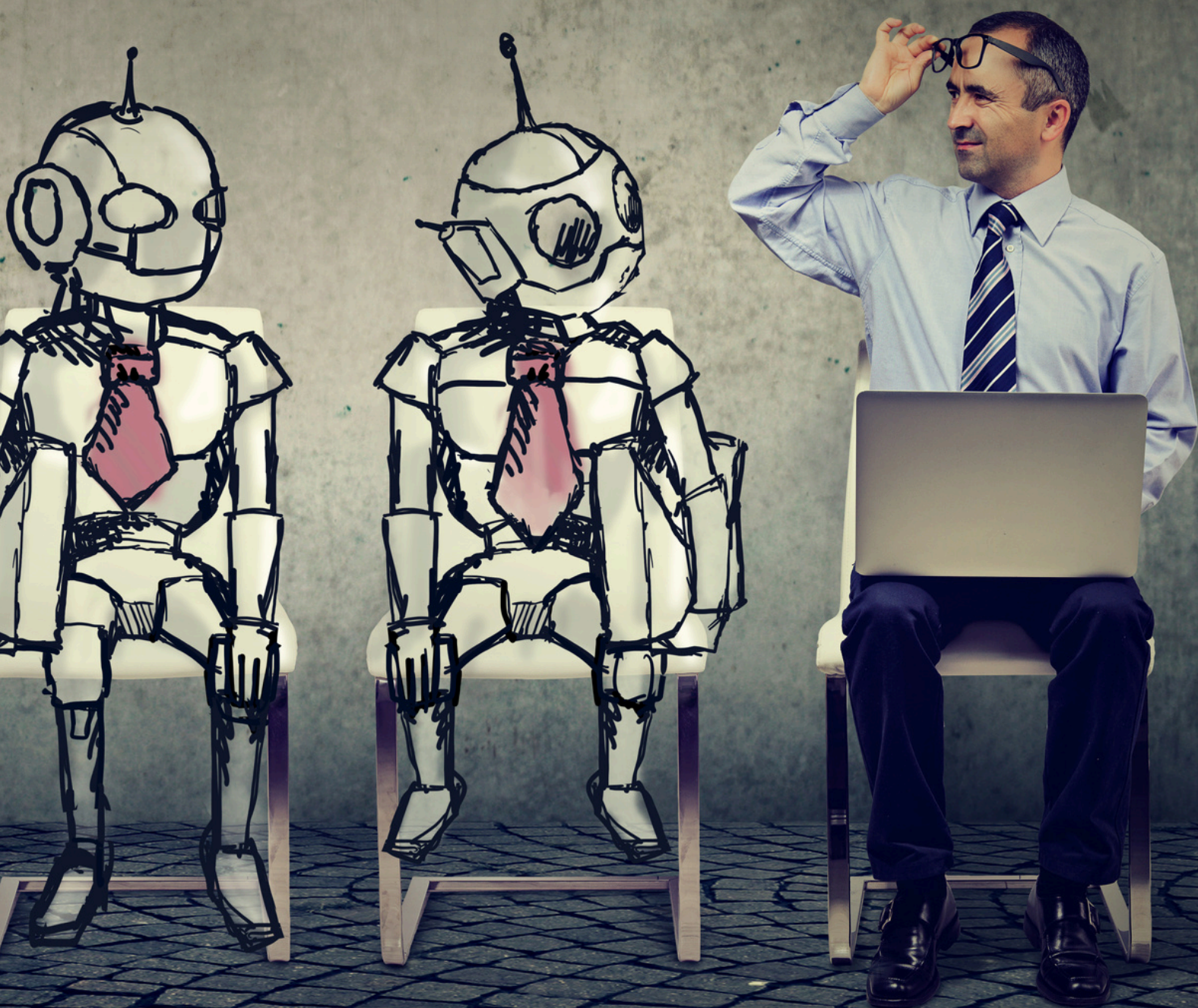
Stacey Pelika sublinhou que os programadores de IA nos EUA têm-se centrado em coisas que os professores gostam de fazer eles mesmos. Nas suas palavras, muitos experts em IA não fazem a mínima ideia do que se passa nas escolas de suas zonas, dito de outra forma, não percebem o terreno dos professores. Depois questionou os colegas: mas onde está o tempo para os professores debaterem a IA? Nos EUA, os maiores especialistas são diretores escolares, que têm mais tempo que os professores, mas não estão no terreno.



Como Thompson salientou, os sindicatos devem continuar a adotar estratégias de defesa que abordem a mudança educativa sob múltiplos ângulos. «Trata-se de tentar tomar decisões estratégicas sobre o trabalho de defesa que precisamos de realizar no âmbito do vasto panorama da mudança educativa, sabendo que parte desse trabalho tem de ser de natureza laboral, parte tem de ser de natureza social e parte é sempre local e contextual», afirmou.

Arnold acrescentou que as discussões que se centram apenas na carga de trabalho correm o risco de ignorar a natureza mais ampla do trabalho dos educadores.

«O trabalho profissional é, na verdade, a questão fundamental. Quando a discussão se prende apenas à carga de trabalho, ignoramos que existe uma enorme dimensão emocional neste trabalho. Há um elemento cognitivo e intelectual real no trabalho. O que é ser humano? O que é o trabalho profissional? O que é que defendemos?»



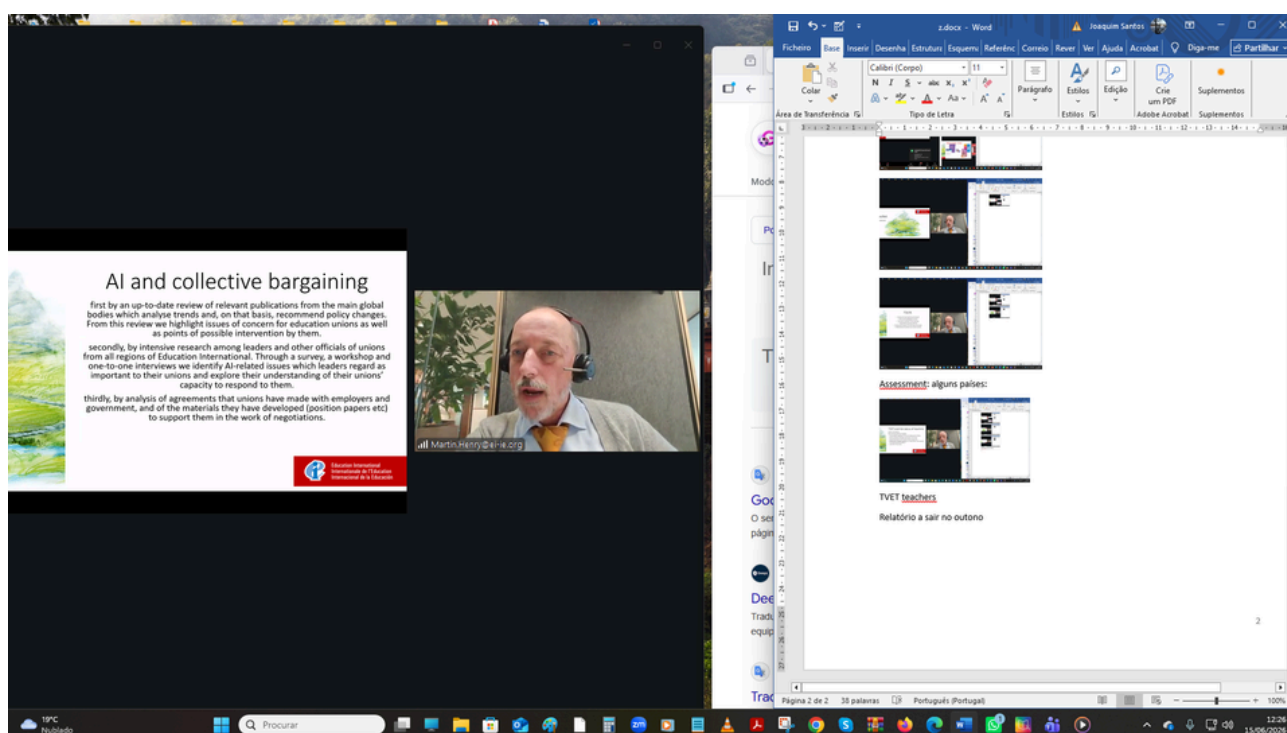
A investigação da IE em prol da justiça social e da educação pública

A reunião da ResNet destacou também a amplitude da agenda de investigação da IE e a sua contribuição para a ação sindical em todo o mundo.

Martin Henry, Coordenador de Investigação, Políticas e Defesa da IE aproveitou a oportunidade para destacar a investigação liderada pela IE sobre diversas questões. Alguns destes temas de investigação são o ensino e a formação técnica e profissional (TVET), os salários e a remuneração dos docentes, o trabalho infantil, a educação sustentável, as questões LGBTI e a investigação regional na Europa e em África.

Além disso, a liderança dos Círculos de Aprendizagem Liderados por Docentes para a Avaliação Formativa (T3LFA), a IA e a tecnologia educativa, a negociação coletiva, o briefing da Cimeira Internacional da Profissão Docente, a autonomia dos educadores, a liderança escolar, bem como as questões de género — especialmente no que diz respeito aos sindicatos de educação árabes e à reação restritiva — foram outros trabalhos em debate.

Os participantes também exploraram o trabalho da IE sobre o desenvolvimento profissional liderado por docentes, a negociação coletiva no contexto da IA e a influência crescente da tecnologia educativa nos sistemas educativos.



Em conjunto, estes projetos demonstram como a investigação pode reforçar a capacidade dos sindicatos para defender a educação pública, promover a equidade e a inclusão e garantir que as vozes dos educadores sejam centrais nas discussões políticas.

Construir o poder sindical através de dados concretos e da ação coletiva

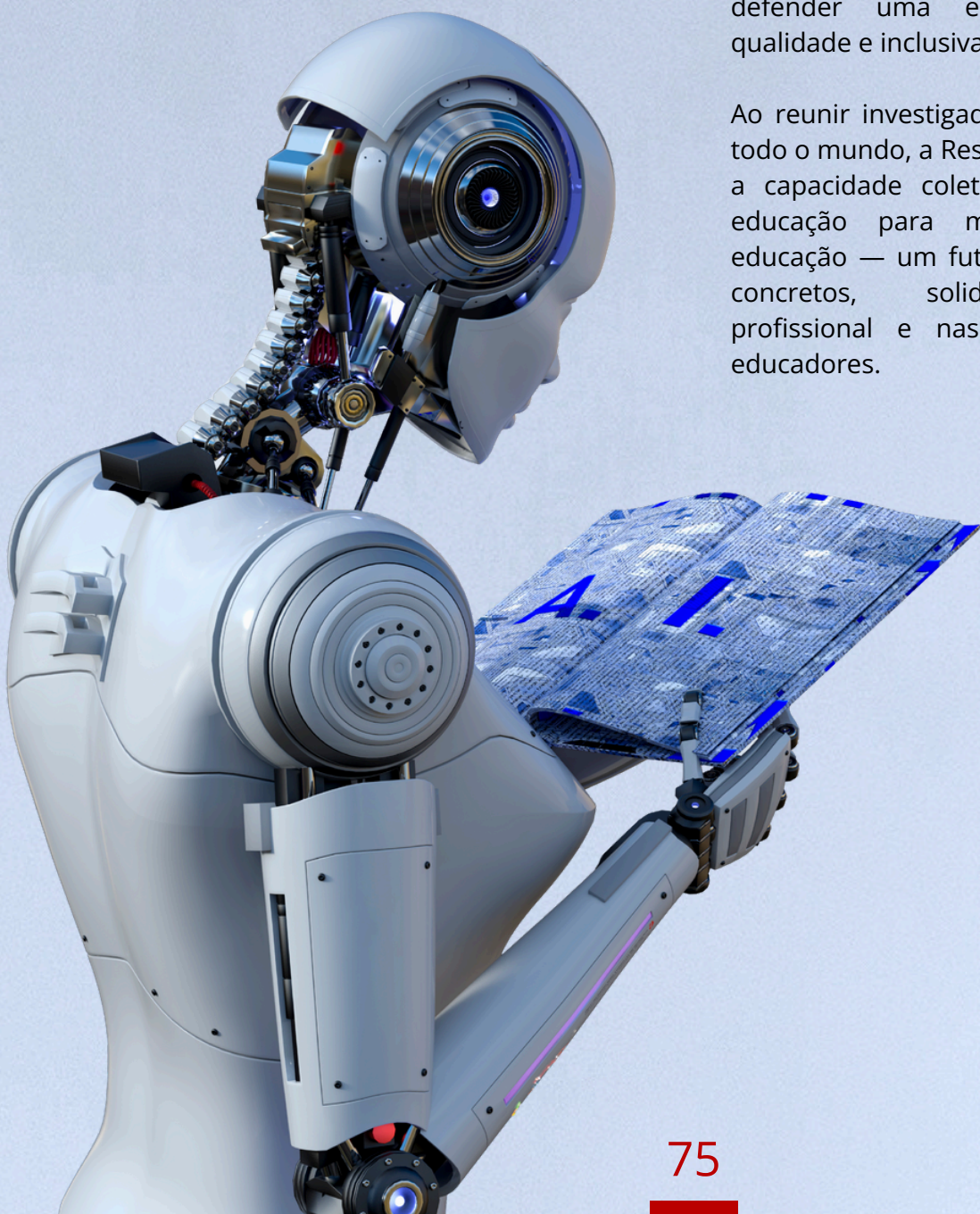
Das discussões emergiu uma conclusão clara: melhorar o estatuto da profissão docente exige o reforço da voz coletiva dos educadores e garantir que os sindicatos estejam plenamente envolvidos na tomada de decisões a todos os níveis.

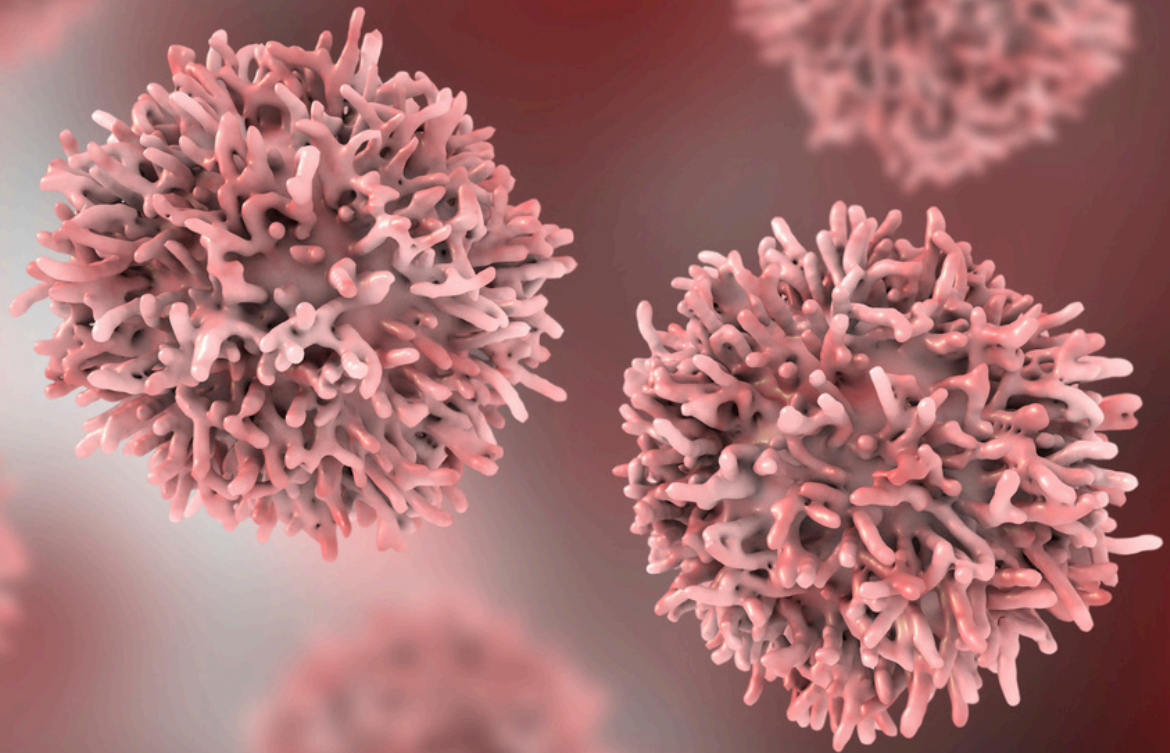
Os participantes concordaram que a investigação é mais eficaz quando apoia a organização, a negociação coletiva e a defesa de direitos.

Ao documentar as experiências dos educadores e expor as realidades do subfinanciamento, das cargas de trabalho excessivas, dos baixos salários, da discriminação e da privatização, a investigação ajuda os sindicatos a reunir as evidências necessárias para alcançar a mudança.

A 19.^a reunião da ResNet demonstrou que a investigação não é um exercício académico desligado do local de trabalho. É uma ferramenta para reforçar o poder sindical, promover os direitos profissionais e defender uma educação pública de qualidade e inclusiva.

Ao reunir investigadores e sindicalistas de todo o mundo, a ResNet continua a reforçar a capacidade coletiva dos sindicatos da educação para moldar o futuro da educação — um futuro assente em dados concretos, solidariedade, respeito profissional e nas vozes dos próprios educadores.





Cancro e trabalho: um risco invisível que continua a afetar milhares de trabalhadores

Durante décadas, o cancro foi visto sobretudo como uma consequência de fatores individuais, como o tabagismo, a alimentação ou a predisposição genética. No entanto, a evidência científica mostra que o local de trabalho continua a ser uma fonte importante de exposição a agentes cancerígenos, tornando o cancro de origem profissional um dos maiores desafios da saúde ocupacional na Europa.

Segundo a Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (EU-OSHA), o cancro relacionado com o trabalho é a principal causa de mortes de origem profissional na União Europeia, sendo responsável por mais de 100 mil óbitos por ano.

A maioria destes casos resulta de exposições prolongadas a substâncias perigosas ou a agentes físicos presentes em diversos setores de atividade, como a construção civil, a indústria transformadora, a agricultura, os transportes ou os cuidados de saúde.

Entre os principais fatores de risco encontram-se o amianto, a sílica cristalina respirável, os fumos de soldadura, o escape de motores a gasóleo, determinados solventes e produtos químicos, bem como a radiação ultravioleta para quem trabalha ao ar livre. Em muitos casos, os efeitos da exposição só se manifestam décadas mais tarde, dificultando a identificação da sua origem profissional.

Para conhecer melhor a dimensão do problema, a EU-OSHA desenvolveu o projeto Workers' Exposure Survey (WES), um inquérito europeu que avaliou a exposição dos trabalhadores a fatores de risco para o cancro. O estudo analisou 24 agentes cancerígenos em milhares de trabalhadores de vários Estados-Membros, permitindo obter uma das mais completas radiografias sobre este problema na Europa. Os resultados mais recentes revelam que quase metade dos trabalhadores europeus poderá ter estado exposta, na semana anterior ao inquérito, a pelo menos um fator de risco associado ao desenvolvimento de cancro, evidenciando que ainda existem importantes lacunas na prevenção.

Outro dos projetos de referência da Agência é o Roadmap on Carcinogens, uma iniciativa que reúne instituições europeias, governos, parceiros sociais, empresas e especialistas com um objetivo comum: reduzir a exposição dos trabalhadores a agentes cancerígenos. A estratégia aposta na divulgação de boas práticas, na sensibilização das empresas, na formação dos trabalhadores e na partilha de soluções eficazes para eliminar ou minimizar os riscos nos locais de trabalho.

A prevenção continua a ser a medida mais eficaz.

Sempre que possível, as substâncias perigosas devem ser substituídas por alternativas mais seguras. Quando isso não é viável, é essencial recorrer a sistemas de ventilação adequados, limitar o tempo de exposição, utilizar equipamentos de proteção individual e garantir formação contínua aos trabalhadores. A monitorização da saúde e o cumprimento rigoroso da legislação europeia sobre substâncias cancerígenas constituem igualmente pilares fundamentais para reduzir a incidência destas doenças.

Os projetos promovidos pela EU-OSHA demonstram que a prevenção do cancro profissional depende da produção de conhecimento científico, da cooperação entre entidades públicas e privadas e da implementação de medidas concretas nos locais de trabalho. Mais do que uma questão de saúde individual, trata-se de um desafio coletivo que exige compromisso por parte de empregadores, trabalhadores e decisores políticos.

Num contexto em que a segurança e a saúde no trabalho assumem uma importância crescente, reduzir a exposição a agentes cancerígenos significa proteger vidas, melhorar as condições laborais e investir num futuro em que o trabalho deixe de ser um fator de risco para o desenvolvimento de doenças graves.





FEDERAÇÃO
NACIONAL DA
EDUCAÇÃO

**O PAÍS
QUE QUEREMOS
COMEÇA
NA ESCOLA!**

Valorizar quem educa. Construir o futuro de Portugal.

